

FRANCISCO FAVO BALANÇO...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Melo Antunes nas paízes de Leste

DEBATE 18-10-75 em Bruxelas e Oporto...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Domingo em Lisboa

1.600.000 pessoas que se tinham deslocado...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Manobras da Armada?

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

EPC recusa Vazos Gonçalves

A EXCELA. Adorno, ao Conselho...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Delegação portuguesa no Sudoeste africano

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Mulheres manifestam-se

A 1.ª e 2.ª secções da Assembleia...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Carlucci no Norte

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Reunidos os três Movimentos V. Crespo ficou em Kampala

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Mesa redonda sobre a crise económica
Costa Neves, João Gonçalves, Almeida Brito
«Não há razão para desistir Fabião e Oteiro»
Moura e Silva respondem a 17 perguntas

Costa Neves responde à CVRFA (e a Oteiro de Carvalho)

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Pinheiro de Azevedo no Algarve «Nenhum Judas se pode enforcar sem remorsos»

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Alegria, Oliveira do Carmo e Castro

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Agravam-se tensões no interior do Conselho da Revolução

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

C. de Saneamento da Armada

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

Eleição de 4 membros ainda este mês

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

«Não está no ar»

DEBATE 18-10-75 em Lisboa...
O deputado eleito para a Assembleia Constituinte...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT
TISSOT o relógio que conquistou o mundo inteiro

Constituinte: P.C.P. endurece

PROSEGUIU ontem, na Assembleia Constituinte, o debate sobre a matéria de «Organização Económica dos Estados. Foi discutido o problema dos sectores de propriedade dos meios de produção.

Contudo, o facto mais saliente da sessão de ontem foi o discurso do vice-presidente comunista José Magro, que, em termos muito duros, defendeu a tese do reconhecimento de MPLA pelo Governo português no dia 11 de Novembro, e após o que, em sua opinião, seriam condições objectivas de um golpe reaccionário iminente, designadamente fazendo-se eco dos argumentos do comunicado do CVR das Forças Armadas sobre as manobras militares, e atacando o ministro Almeida Santos pela sua posição relativamente à imprensa.

Outros discursos salientes foram os de António Campos (PS) sobre as ocupações agrícolas, e Manuel João Vieira (PS) sobre o novo governador Civil de Castelo Branco.

Melo Antunes nos países de Leste

DESLOCAR-SE-Á em breve à Checoslováquia e à Hungria o ministro dos Negócios Estrangeiros português, major Melo Antunes, devendo, ainda antes do seu regresso ao país, fazer uma paragem em Brno.

Prevê-se que esta esta deslocação de Melo Antunes se verifique durante a segunda quinzena de Novembro, logo após a independência de Angola.

Domingo em Lisboa

É MUITO provável que se realize no próximo domingo, a meio da tarde, uma manifestação conjunta do PS e do PPD, de apoio ao VI Governo Provisório e ao Almirante Pinheiro de Azevedo. O comício — manifestação, que deverá ter âmbito nacional, terá lugar no Terreiro do Paço, devendo nele usar da palavra só o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, que fará da janela do Ministério do Comércio Interno. O comício, que se integraria numa série de organizações conjuntas PS-PPD, depende na sua concretização de uma reunião de dirigentes daqueles partidos, a realizar amanhã.

Manobras da Armada?

SEGUNDO fontes militares do maior crédito, deslocaram-se na segunda-feira, para a região de Ovar-Espinho, alguns navios da Armada portuguesa com a missão de vigilância visual e por radar sobre a área contigua, em que se situa a Base Aérea de Cortegaça-Ovar. Sabe-se que os navios têm ordem de fogo sobre aeronaves suspeitas...

EPC recusa Vasco Gonçalves

A ESCOLA Prática de Cavalaria enviou, antecorrem, uma mensagem ao Chefe de Estado-Maior do Exército, comunicando que os oficiais daquela unidade não frequentariam qualquer curso no Instituto de Altos Estudos Militares enquanto o general Vasco Gonçalves permanecesse como director do IAEM.

Delegação portuguesa no Sudoeste africano

CHEGOU ANTE-ONTEM a Lisboa, vindo do Sudoeste Africano, o dr. Moisés Cabral que si se destacou integrado em mais uma missão de descolonização. O objectivo desta viagem era a possibilidade da delegação portuguesa contactar os refugiados (força de mil e quinhentos) que se encontram em campos no sul de Angola, e dar-lhes parte das intenções do Governo português de transportar para Portugal, caso assim o desejarem, nas mesmas condições em que se processou a ponte aérea entre Luanda e Lisboa.

Mulheres manifestam-se

UMA COMISSÃO Nacional de Mulheres para a Defesa da Revolução está a organizar uma manifestação em Lisboa que deverá ter lugar no próximo dia. Segundo a Comissão promotoras tratam-se de uma iniciativa independentemente partidária que tem como objectivo apoiar o VI Governo Provisório, com a Comissão preteridense, essencialmente, emitir que as freças reaccionárias inspirem uma maior atenção feminina, tal como aconteceu no Chile antes da queda de Allende.

Carlucci no Norte

O EMBAIXADOR americano em Lisboa, Frank Carlucci, esteve, na segunda-feira à tarde no quartel general da RMN, para breve apresentação de cumprimentos, no início do que declarou ser uma visita de exemplos notia e orientações ao Norte. Segundo fontes fidedignas, o diálogo entre Carlucci e o brigadeiro Pires Veinois foi «bastante curto, cortês e formal», não se lhe atribuindo por isso significado especial. Revelaram-nos, ainda, que a comitiva não foi além de «germalidades».

A deslocação do embaixador americano ao Norte, ao principio envolvia em grande sigilo, acabou por ser objecto de um comunicado do Conselho de Segurança para o Porto, divulgando o programa da visita. Carlucci, que demorará cinco dias no Norte, após ter estado na segunda-feira no Governo Civil e no Comando da RMN, ao Porto, deslocou-se ontem a Viseu, visitando hoje Vila Real e depois Chaves, Braga e Viana, devendo regressar a Lisboa no sábado. Avisou-se-á com diversas entidades militares, civis e religiosas.

Em declarações aos jornalistas, o embaixador americano negou qualquer significado à visita. Disse ser embaixador em Portugal — e não apenas em Lisboa. Ademais, também terá a ver com o ELP, o MDLP ou a CIA, declarando ser embaixador dos Estados Unidos. Acrescentou não prever qualquer «revolução» ou «mudanças», pois que, se assim fosse, não se afastaria de Lisboa.

NEVES, Costa

A resposta de Costa Neves

Costa Neves responde à CVRFA (e a Oteló de Carvalho)

NUM COMUNICADO tornado público na segunda-feira, a «Comissão de Vigilância Revolucionária das Forças Armadas» faz graves acusações ao tenente-coronel Costa Neves, membro do Conselho da Revolução e superintendente dos Serviços Militares Prisionais (ver notícia nesta página). Por sua vez, o «República» de sexta-feira afirmava que Costa Neves era um dos opositores do general Carlos Fábrio e que detinha a sua demissão do cargo de Chefe de Estado Maior do Exército.

Para tentar esclarecer o significado destes ataques, procuramos contactar com o tenente-coronel Costa Neves, que nos informou estar a elaborar um comunicado que seria oportunamente divulgado e que publicamos mais abaixo.

A pesar de Costa Neves se recusar a prestar declarações em nome pessoal, foi possível recolher junto de outras fontes militares alguns esclarecimentos sobre a origem destes ataques.

A contestação a Carlos Fábrio

Numa reunião do CR em que se analisaram os acontecimentos ocorridos no Governo Civil de Faro e o comportamento das forças militares que aí estavam presentes, foi proposta a aplicação de sanções a esses militares. Contudo, alguns conselheiros discordaram de tal decisão, até porque não se tratava

do primeiro caso e, sobretudo, não são os soldados que devem suportar, através de medidas disciplinares, as consequências de uma situação de indisciplina de que não são os verdadeiros responsáveis.

Essa foi também a posição de Costa Neves, que apresentou como principal argumento o facto de as medidas disciplinares não passarem de processos de ocultação dos verdadeiros problemas e que, em última análise, se reconduziam à questão da chefia do Exército.

Na opinião das fontes militares referidas, a intervenção de Costa Neves foi idêntica à de outros membros do CR e, de qualquer modo, não teve a incidência das acusações já anteriormente feitas, por exemplo, pelo primeiro-ministro. Segundo esta fonte, o ataque de que Costa Neves veio a ser alvo, na última reunião do CR e no comunicado acima citado, pouco terá a ver com esta sua intervenção; deve antes ser interpretado em função da posição que ocupa nos Serviços Prisionais Militares e dos factos (algo incómodos) do desempenho destas suas funções.

As acusações de Oteló

Na última reunião do CR, o general Oteló Saraiva de Carvalho, servindo-se de um relatório manuscrito e onde estão escritas sérias acusações ao modo como

são orientados os presídios sob dade militar, pôs em causa a acção do tenente-coronel Costa Neves.

Esta acusação e o texto que lhe serviu de base foram reabafados por Costa Neves. No entanto, a C.V.R.F.A. retomou depois, no seu comunicado, os pontos essenciais desse texto manuscrito.

Tratar-se-ia, segundo observadores com quem contactámos, de mais umas manobras de neutralização de um oficial que tem deparado com alguns peroneiros de difícil explicação, no que diz respeito ao tratamento de reacionários e contra-revolucionários, como por exemplo, a libertação de mais de duzentos elementos da FIDE/D-GS, dos quais mais de oitenta eram agentes de 1.ª e várias de 3.ª classe.

A resposta de Costa Neves

Em resposta a algumas das acusações que lhe foram feitas, o tenente-coronel Costa Neves elaborou o seguinte comunicado:

Em nome de uma Comissão que se diz revolucionária mas cujos membros, muito embora revolvendo num processo revolucionário, se mantêm incompreensivelmente ao anonimato, certos órgãos de comunicação social pretendem insidiosamente fazer crer ao Povo Português que, entre outras entidades, também os Serviços Prisionais Militares estariam ligados à

preparação dum golpe reacionário a desancadear antes do próximo 11 de Novembro.

A inconfessabilidade dos objectivos de tais órgãos de comunicação social é hoje patente ao publicarem um documento anónimo tão altamente injurioso, sem sequer terem procurado confirmar junto de fontes oficiais a veracidade das afirmações nele contidas.

Muito embora o Povo Português saiba distinguir por si só os seus inimigos e as manobras contra-revolucionárias por eles alimentadas, os Serviços Prisionais Militares consideram seu dever desfaçar os mal-entendidos e calúnias propositalmente levantados pela dita Comissão Revolucionária, divulgando ao Povo Português a Verdade a que tem direito:

1.º Aos Serviços Prisionais Militares compete fundamentalmente velar pelo bom funcionamento técnico-administrativo dos presídios militares, sendo da responsabilidade dos Estados-Majores dos três ramos, COP-CON e GNR, a sua segurança, visto os SPM não possuem quaisquer forças sob as suas ordens. Assim, qualquer fuga destes presídios só será possível se as forças militares do GNR que os vigiam foram incapazes de cumprir a sua missão.

2.º No momento actual, apenas estão incluídos nos Serviços Prisionais Militares os seguintes estabelecimentos:

(Continua na pág. 16)

(Continuação da pág. 1)

— Caxias: à guarda do ENE/COPCON;

— Alcoentre: à guarda do EMFA (após a fuga dos ex-PIDE/DGS);

— Peniche: à guarda do EMA/COPCON;

— Penitenciaría: à guarda da GNR;

Exclui-se, portanto, o forte da Trafaria, da responsabilidade exclusiva da Região Militar de Lisboa, cujo comandante é o Comandante do COPCON.

3.º A Direcção Geral dos Serviços Prisionais Militares está a cargo do Comandante Xavier e, em particular, a dos presídios de Caxias, Penitenciaría, Alcoentre e Peniche, respectivamente a cargo do Cap. Palma, Al. Vinagre, Cap. Manuel Marques e Cap. Silva Carvalho.

Desde a fuga dos ex-PIDE/DGS de Alcoentre, o Conselho da Revolução nomeou o ten-cor. Costa Neves para superintender aqueles Serviços, sem funções executivas específicas.

4.º Após aquela data, o CR e em particular os responsáveis máximos militares têm sido alertados frequentemente para a deficiente segurança dos presídios militares e para a falta de meios materiais e humanos de toda a ordem com que os Serviços se debatem.

Os últimos apelos foram feitos nas reuniões do Conselho da Revolução de 23 e 31 de mês passado, focando-se em particular o perigo de tentativas de escape.

5.º A transferência dos detidos militares (incluindo o gen. Kátia de Arijaga) da Trafaria para Caxias é da inteira responsabilidade do Comandante da Região Militar de Lisboa. Os Serviços Prisionais Militares limitaram-se a satisfazer o pedido de transferência assinado pelo gen. Otelo Saraiva de Carvalho. Portanto, se esta transferência, como se pretendeu fazer crer, estivesse realmente dentro de um plano contra-revolucionário, não caberia aos Serviços Prisionais Militares responderem por tal acto.

6.º Também os Serviços Prisionais Militares nada têm a ver com as libertações quer de funcionários da ex-PIDE/DGS quer de eventuais implicados no golpe de 11 de Março de 1975. Limitam-se apenas, como lhes compete, a satisfazer os pedidos

de soltura emanados respectivamente da Comissão de Erigência da ex-PIDE/DGS ou seus superintendentes, quando existem, e Conselho da Revolução através do superintendente principal da Comissão de Inquérito do 11 de Março de 1975, almirante Rosa Coutinho. Após libertação, o controle dos movimentos e vigilância daqueles que se mantêm na situação de residência fixa, como é o caso da totalidade dos eventuais implicados no golpe do 11 de Março de 1975, cabe ao COPCON ou a quem ele determinar.

Os Serviços Prisionais Militares declinam portanto todo e qualquer responsabilidade quanto à actividade dos elementos citados após libertação dos presídios militares.

7.º Por ser já motivo de especulação e ataque à Direcção dos Serviços Prisionais Militares informa-se que o ex-avogado da Penitenciaría de Lisboa JOÃO CRUZ que tudo leva a crer ser o principal responsável pela fuga de dois elementos da ex-PIDE/DGS da Cadeia Penitenciaría de Lisboa, em 31 de Maio de 1975 e recuperado em 13 de Outubro de 1975, encontra-se novamente em liberdade sob a responsabilidade do SDCI. A superintendência dos Serviços Prisionais Militares que desconhecia esta situação anómala, a guarda do SDCI e o movimento dos motivos que a pararam por não ter obedecido aos trâmites usuais.

8.º Segundo os já citados órgãos de comunicação social, «essa a maior apreensão a transferência para Caxias do ex-maior piloto-aviador MIRA GODINHO e do ex-1.º ten. fuzileiro, BENJAMIM, presos no passado dia 31 de Outubro em Braga.

Além de continuando a ser o COPCON e não os Serviços Prisionais Militares o responsável por esta transferência, não se quer deixar de afirmar que eis a absolutamente natural visto os dois ex-oficiais deverem ser entregues às ordens da Promotoria de Instrução do Tribunal Militar Revolucionário do 11 de Março, a eles devendo também ser nomeado o SDCI e o FIM, todos funcionando em Lisboa. Obviamente, economizam-se assim meios e o tão valioso tempo. Esclarece-se ainda que os ditos ex-oficiais se encontram in-

comunicáveis.

9.º No regulamento prisional militar, foi incluído, por decisão do Conselho da Revolução, que os seus membros teriam livre acesso aos presídios militares e aos reclusos em regime prisional normal. Estão também previstas visitas extraordinárias aos reclusos neste regime, portanto sem prejuízo para as investigações a que estão a ser submetidos, desde que sancionadas pelo Director dos Serviços Prisionais Militares. Não é pois de estranhar que reclusos militares de Casias sejam visitados por membros do Conselho da Revolução ou militares, não fazendo parte das respectivas famílias. Este procedimento não constitui porém rotina e muito menos põe em causa a segurança do Forte. Quanto à especulação que alguns sectores, certamente mal informados, se tem vindo a fazer sobre entradas e saídas de militares fora das horas normais de visitas, esclarece-se que estas acontecem de facto mas são feitas constitui porém rotina e muito menos põe em causa a segurança do Forte. Quanto à especulação que alguns sectores, certamente mal informados, se tem vindo a fazer sobre as entradas e saídas de militares fora das horas normais de visitas, esclarece-se que estas acontecem de facto mas são feitas pelos membros das Comissões de Inquérito, do SPIM, do TMR, do SDCl, do COPCON, enfim todos aqueles que pelas suas funções têm necessidade de contactar com os reclusos e evitam privá-los sempre que possível das visitas a que têm direito, ou cujos trabalhos os levam a permanecer naquele forte para além do horário normal de funcionamento ao público.

10.º As saídas extraordinárias dos maiores Neto Portugal e

Mensurado verificaram-se efectivamente. Sem escota e sob palavra de honra. O primeiro por morte da mãe, o segundo para acompanhar, a conselho médico, duas intervenções cirúrgicas importantes a que foi submetida sua mulher. E regressaram a Casias. Sem qualquer coacção. Outros três reclusos militares relacionados, com o golpe do 11 de Março de 1975, estiveram em regime prisional especial, só após ter sido acordada a sua passagem à situação de «Residência Fixa» e enquanto a decisão respectiva não pôde ser assinada pelo almirante Rosa Coutinho, na altura ausente. Todos os outros reclusos, militares ou não, cumprem as regras prisionais estabelecidas.

11.º As intenções pouco claras dos ataques agora desferidos contra os Serviços Prisionais Militares e seu superintendente são bem ilustradas pelo facto de nêles não se ter referenciado, por exemplo, o regime prisional muito severo a que estão submetidos os reclusos de Alentejo. É óbvio que se o tivessem feito a contradição, seria atida e o desmascaramento dos objectivos inconfláveis imediato.

12.º Os Serviços Prisionais Militares têm desde sempre franqueado as portas a todos aqueles que construtivamente os pretendem criticar. Foi o caso, entre outros, da Cruz Vermelha Internacional e da Comissão de Solidariedade e Fúrelis anti-fascistas da responsabilidade do Capitão Banesol. Mas a dita Comissão Revolucionária e os órgãos de comunicação social que deram cobertura a tão baixas manobras não têm com toda a certeza intenções construtivas. A destruição é o seu lema. E a destruição sem opção é contra-revolucionária. E a mentira também. E a inépcia. Por isso a «Comissão de Vigilância Revolucionária» está a ser neste momento objectivamente contra-revolucionária.

Reunidos os três Movimentos

V. Crespo ficou em Kampala

KAMPALA — (Do nosso enviado Augusto de Carvalho) O ministro Vitor Crespo já estava praticando a caminho do aeroporto quando soube da chegada a Kampala das delegações da UNITA e da Frelimo, adiantando imediatamente a partida. Esta atitude do Ministro da Cooperação demonstra o esforço de Portugal para conseguir o fim do estandamento entre os movimentos, que os mais optimistas ainda julgam possível, com a Birmala que evita a guerra, e agora já presentes FNLA, UNITA e MPLA, enquanto a Comissão de Defesa começou os trabalhos que se prevêem para o fim do mês.

Reunida sob o signo de um encontro aparente esta Comissão Política da 12.ª cimeira

da O.U.A. começa nesta altura a movimentar-se um pouco mais, para o que contribuiu a chegada, carregada de cepticismo, da delegação angolana presidida pelo ministro Lopo do Nascimento. Lopo do Nascimento em conversa informal conosco ontem à noite no Nile Hotel referindo-se à O.U.A. aproveitou a ocasião para dizer que muitos dos seus membros desconhecem os autênticos problemas angolanos, tentando-os camuflar por sob a designação romântica de irmãos.

Foi esta gente credula que desta reunião saiu algo de concreto em termos de definitivo. Isto mesmo parece acreditar em países membros do Bureau, ou pelo menos alguns que ou não enviaram membros seus à conferência, que em princípio devia ser a nível de che-

fes de estado, ou enviaram elementos de escassa representatividade oficial, se exceptuarmos o caso de Moçambique com o ministro dos negócios estrangeiros e uma das personalidades mais conhecidas da FRELIMO, Joaquim Chissano, acedeu a conversar conosco só para os leitores do EXPRESSO, em entrevista que transcrevemos a partir de Kampala, e onde são focados muitos dos problemas atrás mencionados.

A conferência que, em princípio, se previa muito breve continuava ainda crítica pela noite adiante, e pode dizer-se que embora outra instância se vai prolongar na Comissão de Defesa, que em reunião extraordinária apreciará os pontos relacionados com o cessar-fogo. É natural que a

própria conferência ou reuniões à margem se continuam a realizar, agora com a chegada das delegações da UNITA e da FNLA, que segundo fomos informados hoje chegam a Kampala no avião do Presidente do Zaire, Mobutu.

Portugal aqui tem estado presente por intermédio de uma delegação chefiada pelo Ministro Vitor Crespo, e da qual fazem parte o tenente Sabino Guerreiro, do Gabinete de Angola, e os dsrs. Teixeira da Moia, do ministro dos estrangeiros, e Brandão Alves da Cooperação.

Vitor Crespo tem desenvolvido intensa actividade diplomática a nível de bastidores já que não participou como é normal no decorrer dos trabalhos de cima.

Começou por encontra-se com

o ministro Chisano, aliás hospedado no mesmo hotel, bem como a maior parte das restantes delegações incluindo a do MPLA, com quem Vitor Crespo trocou pontos de vista.

Vitor Crespo partiu ontem à noite em direcção a Nairobi, de onde seguirá para conversações com o Presidente Nyerere, no quadro da procura de soluções em conjunto com os povos progressistas para o problema de Angola.

Nas conversações que manive com Idi Amin, Presidente da OUA, as quais se realizaram por duas vezes, a última ontem à noite, antes de partir para o aeroporto, foram ultrapassados os problemas especificamente angolanos, para examinare as possibilidades de cooperação nos domínios técnico,

industrial e comercial. Portugal segundo nos disse o ministro Vitor Crespo, poderá contribuir para o desenvolvimento do Zaire, entre outros no âmbito das minas. Amin, na perspectiva de desenvolver a exploração de cobre e de ouro, mostrou-se interessado em receber engenheiros portugueses, ou simples técnicos dessas especialidades.

Quanto a Angola, Idi Amin afirmou publicamente concordar com a política portuguesa. Logo no primeiro encontro, Vitor Crespo garantiu ao Presidente da OUA que Portugal retiraria todas as suas tropas antes de 11 de Novembro, e a independência para Portugal seria um facto nessa altura.

Quanto à posição do Governo Português relativamente a Angola,

(Continua na pág. 16)

Reunião da OUA em Kampala

Continuação pág. 1

tanto quanto conseguimos saber nos meios da delegação portuguesa, conjugados com sectores da informação zairensis, próxima do presidente, ele pausar-se-á pelas decisões da OUA.

Não parece, porém, que estas decisões venham a ser respeitadas, a menos que surja um milagre de última hora que poderia muito bem

Não parece, porém, que estas decisões venham a ser respeitadas, a menos que surja um milagre de última hora que poderia muito bem ser uma atitude dos Estados Unidos que, estando longe, se sentem aqui presentes.

Correm nos corredores do Palácio das Conferências as notícias mais contraditórias e algumas delas sem visibilidade de execução prática, atendendo à natureza dos movimentos angolanos e ao desenvolvimento da luta no terreno.

Damos estas notícias sob reserva, mas com um acento percentagem de credibilidade. Dizia-se hoje que o Bureau iria recomendar um Governo de coligação, talvez na esperança de ressuscitar o famigerado e esterrado Alvor, cujos restos apenas se confinam ao espírito que anda a pairar por aí. Parece que Idris Amin, muito ao jeito da tal irmandade, apoiaria esta ideia (veja-se, a este propósito, a entrevista de Joaquim Chissano — pág. 6). Houve também que aventasse a hipótese de transformar Luanda numa cidade aberta e neutra. Tudo ideias que não passarão dos corredores deste Palácio como é óbvio.

Continua de pé a formação do Governo de Unidade Nacional, sem contudo se haver chegado a uma fórmula. O que aliás se não afirma nada fácil.

Uma das propostas mais concretas que a Comissão de Defesa irá examinar foi a feita por alguns membros do Bureau, no sentido de serem enviados militares dos países africanos a Angola, apenas como garantes do cessar fogo, no caso dos movimentos estarem resolvidos de facto a faz-lo. De acordo com esta fórmula, cada um dos movimentos escolheria cinco países.

Dois intervenções de países estrangeiros caíram como uma bomba em Kampala, sobretudo a da União Soviética no seu apoio incondicional ao MPLA. Segundo círculos ligados ao Presidente Amin, essa mensagem foi entregue ao marechal na sua qualidade de Presidente da OUA pessoalmente pelo embaixador da União Soviética em Kampala; não se destinava a publicação, mas Amin lançou a jogada no baralho, tentando evidentemente convertê-la a seu favor.

A outra foi a do Presidente da Somália Sid Barra que, com o pretexto de que discutia entre os países progressistas referiu-se à convocação de uma conferência a nível de Chefes de Estado africanos.

Estava eu precisamente a entrar no apartamento do ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, quando a televisão dava o anúncio. Não encontrei, de forma alguma, Joaquim Chissano interessado na ideia e nem sequer depois Lopo de Nascimento, que não acredita que os problemas de Angola possam ser resolvidos fora de Angola. Há quem afirme que poderá verificar-se aqui aquela troca de ideias, a nível de movimentos, que o Governo português, através da diplomacia de Crepeo, deseja concretizar, em mesa redonda com países africanos amigos e Portugal como observador. A continuação da viagem de Vítor Crepeo enquadra-se no âmbito da diplomacia que Portugal está a desenvolver, a fim de evitar uma guerra civil generalizada, com a invasão de forças estrangeiras. Sectores dos movimentos de libertação estranharam o facto de o Governo português ainda não se ter referido aberta e largamente ao ELP que actua em Angola e aos mercenários portugueses. Lopo de Nascimento traz consigo três mapas-quadrantes, para provar que há ligações dos mercenários com ELP, UNITA, FNLA e grandes meios financeiros.

AGUIAR, Joaquim



Mozambique: uma experiência positiva que não se repetirá em Angola

As estratégias convergentes

Joaquim Aguiar



A construção das novas bases nacionalistas não é compatível com os mitos multirraciais. Mas também não é compatível com o abandono desordenado

NO MOMENTO em que um dos principais pontos do programa inicial do MFA entra na sua fase final com a declaração de independência de Angola, surge também a oportunidade para um exame crítico do caminho já percorrido, da capacidade de realização efectiva dos objectivos deferidos como fundamentais e do aproveitamento que as diversas forças políticas foram das dificuldades concretas entretanto surgidas.

Num exame rápido, teremos que concluir que não foram cumpridos aspectos essenciais do processo de descolonização, que não estão criadas as condições mais elementares de apoio à descolonização após a independência (nomeadamente no que se refere à satisfação dos acordos de cooperação económica e de estabelecimento de laços efectivos entre Portugal e os novos países) e ainda que muito da agitação política interna teve como objectivo e como efeito conseguido o fracasso do projecto inicial de descolonização.

Teria sido este o resultado desejado por quem elaborou o Programa do MFA e por quem se bateu pela sua realização? E, se não foi, seria possível chegar a um resultado diferente do que o que se veio a concretizar?



Manipulação e mistificação: a quem servem essas acções convergentes da direita e da esquerda?

O silêncio perante Angola

Ao contrário do que aconteceu com a Argélia, as questões da descolonização de Angola não foram entendidas como uma questão política interna. Os meios de comunicação, tão eficientes na denúncia pública de certos problemas políticos, foram singularmente omissos no que se refere a uma ampla discussão de um tema que não pode ficar reduzido às simplistas divisões marxistas, onde o Bem se confronta com o Mal, a que se quis reduzir o processo de descolonização e, em particular, tudo o que respeita a Angola.

Sabendo-se que algumas forças parciais têm uma capacidade de controlo não desprezível sobre os temas que são referenciados pelos órgãos de comunicação, esse silêncio forçado não deixa de ser sintomático sobre as estratégias que foram desenvolvidas e que, por razões óbvias, passaram por cima da vontade colectiva de um país demasiado preso aos seus problemas internos.

A neutralização das possibilidades de intervenção política de Portugal no processo de descolonização de Angola é a situação concreta no que se refere a Angola) teve como efeito evidente o livre desenvolvimento das lógicas de actuação dos dois imperialismos e, seja qual for o lado que provisoriamente conseguir a vitória, não são os interesses do povo angolano que estão a ser defendidos.

Quando hoje se fala de uma possível internacionalização do conflito angolano, está-se a utilizar um eufemismo politicamente perigoso: uma internacionalização é mesmo a característica principal desse conflito e está na sua origem.

No máximo, poder-se-á dizer que o reconhecimento da impossibilidade político-militar de Portugal em influenciar positivamente a situação angolana torna visível uma característica existente há muito.

Neste contexto, o silêncio que se verifica em Portugal quanto às múltiplas questões da descolonização é singularmente perigoso para a sua estabilidade interna. Debatidos ou não, os efeitos da descolonização vão-se fazer sentir em todos os aspectos da vida portuguesa, tanto em termos imediatos como no que se refere às suas possibilidades de inserção num espaço político e económico internacional com respeito da sua independência nacional.

Qual vai ser o grau de aceitação de sacrifícios que inevitavelmente serão exigidos pela reintegração na sociedade portuguesa de milhares de retornados? Haverá divisões sobre qual vai ser a manifestação política dos retornados perante a impossibilidade de uma integração rápida numa sociedade que atravessa uma crise a vários níveis? Com que meios se vão cumprir os compromissos assumidos com os novos países?

Dir-se-á, e com razão, que muitos dos aspectos negativos da descolonização portuguesa eram inevitáveis. Em particular, o próprio processo de constituição dos nacionalismos africanos para necessariamente pela imposição rápida como forma de recuperação da autonomia perdida durante séculos de dominação colonial. E de nada serve invocar aqui o multirracismo português, um mito como outro qualquer e sem significado histórico-político. Mas nada disso pode justificar o silêncio a que as forças políticas votaram este tema fundamental, quando não hesitavam em inflacionar questões menores.

As desestabilizações voluntárias

A não ser que este silêncio seja uma simples aparência, daquelas em que a política é fértil: seria então um silêncio voluntário para ocultar manobras estratégicas muito importantes e que não interessava deixar aparecer no debate político interno. Mesmo que assim se estivessem a criar condições para impedir a estabilização de uma política de esquerda em Portugal.

Em termos geopolíticos e geo-económicos, a importância de Portugal é muito menor do que Angola ou do que todo o antigo império colonial português. Por isso mesmo, as estratégias políticas desenvolvidas em Portugal devem ser entendidas como formas intermédias de um sistema de acção política mais amplo que inclui como peça fundamental o processo de descolonização — não como foi inicialmente desenhado pelo MFA, mas sim como resultado da articulação das esferas de influência, directa ou indirecta, dos USA e da URSS.

Neste sentido, também a política interna portuguesa esteve, desde Abril de 74 (e até antes) subordinada a um processo de internacionalização, de que é prova evidente a contínua intrusão nos assuntos internos a que qualquer político estrangeiro se sente com direito quando fala de Portugal e da sua evolução política.

Analisando, ainda que superficialmente, este duplo movimento de internacionalização dos assuntos políticos portugueses, ganham um novo sentido certas particularidades, até agora algo obscuras, das estratégias partidárias, sejam de direita ou de esquerda.

Por exemplo, a acumulação de crises a que conduziu o desenvolvimento político em Portugal — crise económica, crise social, crise das instituições, crise de todas as formas de organização — tem um interesse específico para quem defende a solidariedade internacionalista socialista ou para quem, pelo contrário, procure garantir o conservadorismo do status quo. Para ambas as linhas, o importante será neutralizar as possibilidades de intervenção política de quem procure garantir as condições da independência nacional e, assim, dispor de meios efectivos para intervir nas decisões políticas sobre o futuro de Portugal e das suas relações com os novos países. Anulado este grupo, fica o campo aberto a todas as forças geopolíticas, a todos os jogos habituais das superpotências, certamente servindo-se da mediação das chamadas potências intermédias.

Mas é evidente que este tipo de estratégias, claramente convergentes nos seus efeitos, embora distintas nas intenções de longo prazo, acaba por provocar uma turbulência interna com uma tal intensidade que, em período relativamente curto, o descontentamento provocado na população portuguesa acabará por destruir o bloco social histórico que poderia apoiar uma via socialista para Portugal.

E aí está porque a extrema-direita está obviamente interessada na desestabilização interna induzida pela esquerda. Mas também por aqui se compreende que, em termos internacionalistas, a esquerda comunista e os diferentes esquerdismos não poderão seguir outra linha de acção e terão que continuar o seu trabalho de perturbação sistemática dos mecanismos económicos, políticos, institucionais e sociais.

Acumulação de crises

Se a análise anterior tem algum fundamento, teremos que concluir que nos aproximamos do momento decisivo em que se procederà a uma compatibilização dos «pros» e dos «contras». De facto, a base material do sistema social português aproxima-se do ponto de ruptura (o que acontecerá dentro de seis meses a um ano, se as tendências se mantiverem), a saturação das mensagens políticas de esquerda cria as condições óptimas para a demagogia de extrema-direita, o agravamento da crise de autoridade gera o desleixo, concisismo ou não, de um novo autoritarismo que, depois da experiência histórica recente, tenderá a ser um autoritarismo de direita, por muito real que seja a capacidade de resistência de certos núcleos e organizações populares.

Estamos, de facto, no meio de uma sequência de semanas decisivas. Mas é também importante salientar que parece prematuro estar a querer identificar dias «cruciais», do tipo 11 de Novembro. Esses dias serão importantes, na medida em que constituem pontos de decisão — e algum terá que tomar alguma decisão, ainda que no plano meramente formal, já que no plano executivo nenhuma força política conseguirá fazer seja o que for. Como essas decisões, sem força própria, dependerão das reacções que provocarem, esses dias «espectaculares» são menos importantes do que a sequência temporal que lhes é imediatamente anterior e posterior.

Com a acumulação de problemas e dificuldades, com o agravamento da instabilidade interna e a consequente demonstração do vazio de poder a que o sistema político foi voluntariamente conduzido, com a passagem para uma internacionalização «de direitos» da questão angolana, com o agravamento pontual das pressões do exterior (por exemplo, na negocia-

ção dos empréstimos com garantia em ouro ou nas dificuldades de relação aos créditos comerciais), a instabilidade interna tomar-se-á «explosiva» e corre-se o sério risco de se assistir a uma sequência de rupturas em todos os mecanismos do sistema social e ao stress generalizado às mais diversas formas de violência política.

Este cenário é pouco agradável, e muito menos para quem acredita que estavam criadas condições muito favoráveis para um caminho seguro via ao socialismo. Em particular, é um cenário pouco satisfatório para os homens do MFA e, genericamente, para todos os militares.

E aqui se encontra o que poderá vir a constituir a variável fundamental para este período crítico que se define em torno do problema da independência de Angola e do reconhecimento do seu governo legítimo. Até que ponto aceitarão os militares as razões de desorganização e desarticulação da instituição militar? Até que ponto aceitarão o processo de acumulação de crises que coloca o país ao bloqueamento e consequentemente, à total dependência de uma potência exterior? Até que ponto esquecerão a sua própria objectiva de classe e a função social específica que lhes foi atribuída?

O perigo evidente está na possibilidade de as forças de extrema-direita encontrarem nas próprias Forças Armadas portuguesas a base de intervenção militar que, aparentemente, ainda não tem. Este perigo é ainda mais sério quando se verifica a coesitação, surpreendentemente rápida, de um novo bloco social histórico que manifestações políticas são diariamente anti-comunistas e anti-querrelistas.

Estes são alguns dos componentes das novas semanas decisivas que se aproximam e em que os erros acumulados no passado se vão fazer sentir em toda a sua amplitude.

SANTOS,

Nuno Brederode

Car to esquerdo

por Nuno Brederode Santos

Até quando?

UMA REVOLUÇÃO sustenta-se e avança na medida da capacidade de que for dando provas para resolver problemas imediatos e criar bem-estar. Essa é, aliás, uma considerável vantagem que sobre nós apresentam as revoluções que se processam pela via de uma guerra de libertação nacional: o progressivo alastramento das áreas libertadas permite ir resolvendo problemas locais, construindo um socialismo afeto aos homens e ao terreno, motivando a população para a sua defesa; quando chega o momento da tomada do poder, já há muito quem tenha alguns dos seus problemas resolvidos pelo processo revolucionário — e os demais sentem esse exemplo tão próximo que não precisam de voos místicos para acreditarem no socialismo. A prégar aos macondes sobre o modo de produção asiático, Samora Machel não teria passado o Rovuma.

Em contrapartida, os mitos-motores e a demagogia podem fazer ganhar dias, mas só adiam as questões, sem nada resolver. E num país onde a vontade política do Estado se proclama socialista, mas onde o socialismo não logrou ainda criar raízes — precisamente porque não provou ainda na prática a sua capacidade de criar bem-estar — cada dia que passa sem que nada se resolva parece ganho mas é perdido. Porque ao delimitar (pela sua prática e não pelos seus discursos) o seu bloco social de apoio, a revolução está também a formar o bloco social de apoio da contra-revolução. Aqueles que aquela exclui, juntam-se a esta. Por isso, uma revolução que exclui de menos, reduz consideravelmente o campo de manobra autónoma do adversário, mas emperra a sua dinâmica interna, envenena-se. Mas uma revolução que exclui de mais, transfere para o inimigo o mais precioso dos triunfos: um carácter nacional.

Dezito meses após o 25 de Abril — e ainda que parcialmente meret de causas que ninguém hoje quererá escutar — só o proletariado urbano lisboeta e algum disseminado por outros centros urbanos, uma fracção da pequena burguesia assalariada da cidade algum proletariado rural, essencialmente alentejano, têm razões para crer na capacidade realizadora da revolução. Só eles sentiram alguma melhoria nas suas condições de vida — e, mesmo assim, essa melhoria não é, as mais das vezes, irreversível. Quanto aos demais, algum proletariado, muita pequena burguesia e a quase totalidade dos quadros, falar-se-lhes hoje em "construir uma sociedade onde não exista a exploração do homem pelo homem" é, por si só, tão mobilizador como chamá-los para a luta "por uma portugalidade renovada".

Tem-se dito — e é uma verdade que compromete muitas análises demagógicas — que os grandes aparelhos da esquerda portuguesa são notoriamente interclassistas. Mas não é menos verdade que o processo português demonstrou já ao que conduz a incapacidade até agora revelada pelo PS e pelo PCP para um entendimento político minimamente operacional.

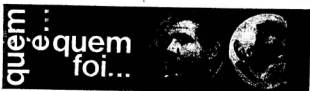
A queda do V Governo corou a demonstração pelo PS — com os seus arrimos, é certo, mas quem os não tem? — da inviabilidade de governar sem ele. E facto que o próprio isolamento a que a direcção política do processo se vinha condenando deu, para isso, o seu não pequeno contributo e que a ruptura, na circunstância, da unidade artificial do MFA foi um fenómeno decisivo. Mas foi a capacidade mobilizadora de que o PS então deu mostras que transformou o descontentamento em contestação activa, que fez deflagrar as contradições latentes e que tornou impossível a governação. Hoje e desde a tomada de posse do VI Governo, assistimos resignadamente à demonstração simétrica, pelo PCP, de que também sem ele não se pode gerir este país: um por um, cada ministro vai sentindo que tem entre mãos um barril de pólvora e mil rastilhos para apagar.

No rescaldo da campanha eleitoral, Mário Soares, com Alvaro Cunhal a seu lado, declarou (cito de memória): "Os nossos camaradas comunistas suspeitam-nos de não querermos o socialismo; nós, socialistas, suspeitamos-os de não quererem as liberdades". Talvez então o conflito mútuo não tivesse clarificado ainda suficientemente as respectivas práticas. Mas já então era tão penoso imaginar Harold Wilson preparando na sombra o assalto ao poder pela classe operária, como Leonid Brejnev em angustiosas noites de insónia por causa dos veredictos da União dos Escritores Soviéticos. E bastariam estas referências externas para tornarem legítimas ambas as suspeitas.

Dir-se-ia que uma tão clara colocação do problema era o melhor augúrio quanto à sua solução. Mas nada disso sucedeu. O conflito agudizou-se e enquistou. O PCP resvalou cada vez mais para as práticas do saqueador sorrateiro, de gazua, e o PS converteu-se num mastim, que reaje à vista e já nem fareja primeiro.

Poucos duvidam de que um socialismo viável possa advir para este país sem a participação conjunta do PS e do PCP. Poderá não ser uma condição suficiente, mas é certamente uma condição necessária para que o actual processo granjeie o apoio de que não pode prescindir. Para além dos seus mútuos ressentimentos, os dois partidos estão, assim, amarrados a um destino comum: só haverá vitória se ambos nela participarem e a derrota de um será a do outro — se a esquerda portuguesa perder a cartada, o PCP perde, pelo menos, a legalidade do seu aparelho e o PS perde, pelo menos, a sua componente ideológica socialista. Na conjuntura, são como irmãos siameses ligados por órgãos vitais: não se podem dar ao luxo de estar de relações cortadas e de nada lhes vale a veleidade de pretendem trilhar cada qual o seu caminho.

A alternativa é clara. As prometidas rabanadas de Alpoim Galvão são, por enquanto, de vento. Mas poderão, a curto prazo e por obra nossa, ser como ele as sonhou.



Carlos Fabião

CARLOS ALBERTO Mães Soares Fabião nasceu em Lisboa, em 1930, tendo, portanto, 45 anos de idade.

Em 1950, inscreveu-se voluntariamente, na Escola do Exército, terminando o respectivo curso em 1953.

Promovido a alferes em 1954, desempenharia a sua primeira Comissão de Serviço nas Colónias na Guiné, de 1955 a 1961, o que lhe permitiu conhecer a situação colonial naquele território antes do começo da fase mais aguda da luta do PAIGC.

De 1961 a 1963, desempenhou a sua segunda Comissão de Serviço, desta feita em Angola.

Depois de ter feito em Portugal o seu curso de capitão, regressou à Guiné, para terceira Comissão de Serviço em 1965. E estaria na Guiné até 1967. Nesse ensejo seria condecorado com a Medalha Comemorativa das Campanhas da Guiné de 1965, de 1966 e de 1967. Foi também condecorado com a Medalha de Prata de Valor Militar com Palma, com a Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma, e com a Medalha de Cobre de Assiduidade de Serviço ao Ultramar.

Em 1967 foi promovido, por distinção, ao posto de Major.

Carlos Fabião faria a sua quarta Comissão de Serviço de 1971 a 1973, novamente na Guiné. Seria, dessa feita, galardoado com a Medalha Comemorativa das Campanhas da Guiné de 1971, de 1972, e de 1973, e com a Medalha de Prata de Dedicção e Mérito.

Em Dezembro de 1973, Carlos Fabião, regressado a Lisboa, regendo um curso do Instituto de Altos Estudos Militares, denuncia numa aula o risco de um golpe de extrema-direita, conduzido, entre outros, pelos generais Kaulza de Arriaga, Troni e Luz Cunha, e que teria, designadamente, como objectivo afastar os generais Costa Gomes e António de Spínola. Esta sua atitude desavocou a

um processo político que aceleraria a desorganização das forças apolíticas do regime fascista.

Carlos Fabião é, subsequentemente, colocado em Braga, onde ficaria até depois do 25 de Abril. Esteve, portanto, por força de decisão superior, geograficamente afastado da preparação próxima do 25 de Abril.

Ocorrido este, Carlos Fabião foi nomeado pela Junta de Salvação Nacional governador da Guiné. A sua designação feita, então, com participação activa de António de Spínola foi atribuída pelos observadores ao seu profundo conhecimento da situação político-militar (e psicológica) guineense e à sua anterior colaboração na Guiné com Spínola.

Carlos Fabião manteve intensa actividade de contacto com o PAIGC, assegurando a transferência do poder político na República da Guiné-Bissau, e o repatriamento dos efectivos militares portugueses, em espaço de tempo muito curto, e praticamente sem incidentes.

Por altura da sua posse, Carlos Fabião, que fora já em 1974 promovido a Tenente-Coronel, foi graduado no posto de Brigadeiro (23 de Maio de 1974).

Em 16 de Outubro de 1974, Carlos Fabião é nomeado Chefe do Estado Maior do Exército, para preencher o lugar deixado vago pelo general Jaime Silvério Marques, que o «exerceu até à crise de 28 de Setembro».

Com a sua nomeação (que, ao tempo foi muito aplaudida pelos sectores socialistas), Carlos Fabião passa a pertencer à Junta de Salvação Nacional, ao Conselho de Estado e também ao chamado «Conselho dos Vinte».

Menos de um mês depois, o EXPRESSO é punido pela Comissão ad-Hoc para a Imprensa devido a uma notícia comentada sobre afirmações de Carlos Fabião, que, por seu turno, daria uma entrevista sobre a reconversão do Exército ao osso jornal (16-11-74).

A 29 de Novembro, Carlos Fabião é graduado no posto de General.

A sua presença no cargo de CEME, tal como ao Conselho de Estado, caracteriza-se pela discreção até ao começo de 1975.

A 18 de Janeiro, Carlos Fabião, em longa entrevista ao EXPRESSO, lança a ideia da «legislação revolucionária» e aflora a ideia de Pacto a celebrar entre o MFA e os Partidos políticos. Em geral, avulta o facto de o entrevistado não responder directamente à maior parte das questões formuladas. Duas passagens da entrevista: «No lamaçal, em que vivemos e onde todos nos manchámos um pouco, torna-se extraordinariamente difícil distinguir os que se sujaram voluntariamente daqueles que apenas foram salpicados».

«O MFA não é só um movimento militar — é hoje acima de tudo um espírito ao qual aderiram todas as forças progressistas que pretendem, sinceramente, renovar a nossa Pátria. Portanto o MFA não é susceptível de desaparecer.»

Antigo colaborador de Spínola, Carlos Fabião continuou a visitá-lo depois de 28 de Setembro de 1974 em visitas de amizade.

A 2 de Fevereiro, Carlos Fabião, no regimento de Comandos (Amadora) lembraria que «o comando é o mais puro género dos homens, pois sacrifica o comodismo individualista em prol do bem-estar colectivo. Seria efusivamente saudado por Jaime Neves.

A 24 do mesmo mês, Carlos Fabião partiria em viagem oficial à Roménia, tendo regressado muito impressionado com a organização e disciplina das F.A. romenas.

Dada de então a importância dada pela Embaixada Romena a Carlos Fabião.

No debate em curso na Assembleia do MFA sobre a institucionalização do MFA, Carlos Fabião guarda uma posição de reserva.

No 11 de Março, Carlos Fabião não avulta nas personalidades mais em foco na

defesa do «status quo». Tanto basta para que se desenvolvam especulações depois afastadas no Relatório Preliminar do inquérito feito.

A 14 de Março de 1975 passa a exercer por interinência, as funções de Conselheiro da Revolução.

Apagado durante os meses seguintes, Carlos Fabião teria uma breve intervenção num «Teledomingo» (em final de Abril), em que comentou a posição de Spínola no processo de descolonização.

Com a queda do 4.º Governo, sobe o peso político de Carlos Fabião, que seria mesmo convidado a formar o 6.º, sob proposta dos 9, funcionando Melo Antunes como seu Vice-Primeiro-Ministro. Recusa, à última hora, depois de muitas pressões, abrindo caminho para o prolongamento do 5.º Governo, de Vasco Gonçalves.

Em Tancos toma uma posição conciliatória, sentindo já alguma contestação contra si na Assembleia do Exército.

Depois da posse do 6.º Governo, Carlos Fabião começa a ser objecto de identificação com Otelo S. C. e de apoio por sectores PCP e esquerda revolucionária, e ataque pelos sectores socialistas, centristas e direlitas.

A sua recente intervenção no caso do CICAP-RASP — considerada como favorável aos soldados ocupantes —, e o seu «Responder ao País» (directo, em que manifestou as suas reticências ao 6.º Governo, e abertura a formas de organização militar como os SUV) — levaram à sua contestação em Conselho da Revolução.

Regressado de uma curta visita à RFA, Carlos Fabião promete, no último CR, em que reequilibra a sua posição, resolver rapidamente a questão da PM.

É considerado profissionalmente muito competente, mas politicamente hesitante perante os factores que o vão condicionando.

HARTIUS, Costa
 CRAVINHO, João
 SERRA, Almeida
 BALSEMÃO, Francisco Pinto
 AGUIAR, Joaquim

Expresso

75 - 11 - 05

8-9

mesa redonda mesa redonda

Da existência concreta de crise económica e a posta de soluções (que passam pela política)

A CRISE económica agrava-se dia a dia, surgindo já ao nível dos indicadores mais usuais sinais de perigo iminente. Será inevitável que esta degradação da situação económica e o bloqueamento de perspectivas quanto ao futuro venham a ter efeitos sensíveis na evolução política. Mas também é verdade que a falta de clarificação política impede o lançamento de um programa coerente de recuperação económica.

Mais do que nunca, é desejável o amplo debate público destas questões e das posturas que se apresentem para a sua solução. Com este objectivo, juntámos à volta da mesa o major Costa Martins, que foi ministro do Trabalho, do II ao V G.P., pertencendo à Comissão Coordenadora do MFA, ao Conselho dos Vinte e ao Conselho da Revolução; o eng. João Cravinho, que foi ministro da Indústria e Tecnologia no IV Governo e o dr. Almeida Serra, secretário de Estado das Finanças também no IV Governo. Pelos EXPRESSO estiveram Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Aguiar.

A crise já existe

EXP. — Fala-se muito de crise cá. Há números, há análises, que o revelam. Mas a conclusão é de que, infelizmente, com largas excepções, — os desempregados, os retornados de Angola, etc., — as pessoas, na sua generalidade, não estão ainda a sentir a crise económica. Há mesmo quem diga que há camadas da população que têm um poder de compra superior ao que desfrutava anteriormente, através do aumento de salários e da instituição do salário mínimo.

A crise económica, de que tanto se fala e que parece já existir, não se sente ainda no dia a dia da maioria das pessoas. Porquê?

COSTA MARTINS — Julgo que isto se deve em parte ao consumo das reservas que tem sido feito e a uma melhor distribuição na repartição da riqueza, apesar do somatório da massa salarial nacional mais o valor inflacionário, não ser, em Julho último, superior à massa salarial em Abril de 1974, o que origina certos reflexos em determinadas pessoas.

JOÃO CRAVINHO — Não me parece certo, apesar das ressalvas feitas, afirmar-se que a crise ainda não se manifesta no dia a dia. Aqui, em Lisboa, no meio em que, nos meses, contactamos com camadas que ainda não foram atingidas pela crise, mas há uma fracção considerável da população

cujos rendimentos são fixos e que não têm podido tê-los actualizados, em função da taxa inflacionária, e, portanto, está desde já a ser atingida, se bem que não o traduzia em protesto público.

Por outro lado, o desemprego atinge já uma tal profundidade que não constitui uma excepção no panorama. Temos de o integrar como um aspecto muito grave, tanto mais que é já sentido pela população não só em termos de situação grave sofrida, mas sobretudo como temor do futuro; há muita gente que vive em condições de instabilidade psicológica, porque teme, dentro de poucos meses, ver-se na situação de desemprego ou reduzida a rendimentos muito menores, sem que antevêja qual a duração deste período.

Tudo ao fundo da questão, porque não é mais evidente a crise de que toda a gente fala? Porque não é mais sofrida pelo público urbano, sobretudo o lisboeta? A razão, como já foi apontado pelo major Costa Martins, é que estamos a viver muito acima dos nossos meios. As amplas reservas do Banco de Portugal têm permitido que o consumo privado e público exceda significativamente o próprio produto nacional. Toda a gente sente que isso tem de acabar e, com o VI Governo, ou com qualquer outro, teremos de ser muito rapidamente reconduzidos a uma política de aus-

teridade. O sentido dessa política e o juízo que sobre ela possamos fazer é que poderá ser diferente consoante o governo que estiver no poder. Mas que a austeridade se segue inevitavelmente qualquer que ele seja, isso é certo.

ALMEIDA SERRA — Como o diz o Eng. Cravinho, nós em Lisboa temos uma visão distorcida da realidade. Ainda andamos numa situação em que ela não se aprende, não se sente tão fisicamente, há indícios e provas de que a crise é sentida já por uma grande mancha da população portuguesa. Ao nível dos pequenos e médios empresários industriais ou rurais a crise é sentida quando já não sabem se devem ou não devem investir, porque não sabem qual é o seu futuro, não vulturizam a curto prazo o que lhes vai suceder, quando não sabem o que já sucede) se no fim do mês têm ou não têm dinheiro para pagar os salários, quando não podem pagar a Previdência, julgo que é uma situação generalizada de não pagar para a Previdência quando não têm dinheiro para pagar impostos (penso que também há uma situação generalizada de atraso no pagamento de impostos. Também sentirá duramente a crise, toda a população rural do Norte e, nomeadamente, do interior, que até agora não beneficiou em nada, ou não sentiu que beneficiou com o 25 de Abril.

Há um outro sector importante,

— não numericamente, mas p aquilo que pode representar para consolidação deste processo — a gente a crise, mas que não te coragem para o explicitar, e q foi duramente atingido: os q dros e também os detentores r rendimentos tipos: reformados pensionistas.

Em termos gerais, nota-se um angústia, nas pessoas. Muita gente não sabe, quando vai perder, emprego, quando vai chegar o fim do mês e não lhe pagam, quando virá o dia 8 e não terá dinheiro para a renda da casa, etc. Pode-se-á dizer, num outro plano, q ainda não houve escasseza e gêneros, que as coisas não aprendo, e isso é verdade, mas porque, de certo modo, estamos a consumir riqueza pré-existente, a consumir capital. Não ca pitalizamos porque consumimos o investimento caia, estratodotamente. Por outro lado, ti vemos um ano agrícola excepcional, mas que dificilmente a repetirá a curto prazo. Em produtos agrícolas, de primeira necessidade, importamos, (mesm assim, qualquer coisa como 2 milhões de contos, em 1975. Mesmo que o próximo an agrícola seja bom, no dia em que se esgotarem ou aproximarem d uma situação de esgotamento a reservas do Banco de Portugal não poderemos mesmo importar produtos essenciais.

Falta de produtos prevista para 1.º semestre de 76

EXP. — E falta muito para esse dia?

A.S. — A este ritmo não falta muito, os números são públicos. E, se nada vier a ser feito, pode haver uma situação de ruptura, durante o primeiro semestre do ano que vem.

C.M. — O que referi há pouco é reflexo da crise económica. Mas não estou tão pessimista como o dr. Almeida Serra. Julgo que essa situação de angústia que as pessoas sentem é mais fruto da instabilidade política significativamente agudizada pelas lutas que ultimamente se vêm travando, do que propriamente da situação económica. Também, quando se refere que o sector rural é o mais duramente atingido depois do 25 de Abril, não estou totalmente de acordo com isso, porque ele tem sempre recursos naturais próprios. Tem havido uma melhoria de salários no sector rural, bem como em outros sectores, se bem que as distorções sectoriais que ainda existem devem ter sofrido maior redução. Mas isso é difícil de conseguir em pouco tempo dentro da dinâmica que o processo tem tido e ao atendendo a que já vêm do antecedente enormes distorções. A crise económica existe efectivamente, mas existiria de qualquer maneira, com ou sem 25 de Abril, porque os países do mundo capitalista estão a viver uma crise. Países com muito maiores potencialidades que Portugal têm atravessado dias maus. Essa crise teria que se reflectir em Portugal, e seria sentida

em maior grau se se tivesse mantido o regime anterior. Julgo, no entanto, que, através de um conveniente desajustamento económico, poderá num futuro próximo, em certa medida ser ultrapassada, a crise. Claro que, para isso tem de haver uma certa estabilidade política, um planeamento conveniente, tem que fundamentalmente ligar-se a teoria à prática, e procurar mais através de actos do que de palavras, solucionar os problemas.

EXP. — De facto a crise existe, manifesta-se já em alguns sectores. No entanto, houve alguns mecanismos de "ocultação" da crise — do tipo aumento espectacular da massa monetária, inclusão e própria política salarial — mas que, no fundo, podem constituir mecanismos de bomba de relógio. Terá este aspecto da política económica interna algum significado para explicar o relativo adiamento da crise ou das suas manifestações?

C.M. — Tudo isso tem muito que ver com o que foi feito ao longo dos tempos mais próximos. Desde que sejam tomadas medidas concretas, no sentido de impulsionar a actividade económica, talvez se possa ultrapassar a crise sem se chegar ao esgotamento total das reservas do Banco de Portugal. EXP. — No mesmo momento que o dinheiro neste momento depositado nos cofres, se um dia entre subitamente nos circuitos pode provocar sérios problemas, tornando uma taxa inflacionista (que agora está relativamente controlada) num mecanismo explosivo?

C.M. — Julgo que haverá medidas a tomar nesse domínio. Não há dúvida de que o lançamento no mercado de grandes quantidades de dinheiro normalmente

levará a um agravamento inflacionário. No entanto, julgo que há medidas que podem ser tomadas, tais como uma conveniente política de preços e salários, medidas no sector monetário e outras.

J.C. — Quanto ao termo "ocultação", e se bem que parecia a ideia, eu não chamaria — isso ocultação, mas sim um lençolamento de adaptação de comportamento político às realidades sociais e económicas, que tem uma certa racionalidade, muito embora, ela se tratada da facto numa bousa de relógio. Racional, no sentido de ser pensado com o objectivo deliberado de não ter imediatamente o defeito, de para e simplesmente adiar, na esperança de ocorrerem, entretanto, acontecimentos que permitam encetar a resolução dos problemas numa maneira mais favorável. No aspecto das reservas, por exemplo, não me preocupa nada o seu uso, desde que inteligente e fundamentado. Portugal é um país que tinha uma reserva cambial anormal e indesejável, na medida em que essa situação representava a incapacidade do regime que não procedeu em fazer uma boa gestão dos recursos nacionais, e por isso acumulava reservas como um miserável acumula libras, moedas ou notas. Não me preocupa que as reservas diminuam, mas sim que sejam desapiladas e o ritmo a que o estão a ser. Acho que as reservas cambiais, são um recurso nacional a ser utilizado como qualquer outro, dentro da sua finalidade própria. Devemos portanto, desmistificar a ideia de que o uso das reservas e o seu abastecimento é de facto, em abstracto, um mau sistema económico, para dizermos que as reservas teriam de facto de diminuir porque eram muito

elevadas e representavam a mobilização improdutiva que pouco ou nada nos servia; questão actual é que estamos utilizá-las da pior maneira possível.

A.S. — Com ou sem 25 de Abril, haveria uma situação crise. A crise existia, e por existir é que houve o 25 de Abril. Tem havido uma "ocultação" determinados aspectos dessa crise, foram-se criando "almofada" mas não houve, quanto a eu uma política deliberada de camuflar problemas. O que surtiu toda uma conjuntura política que não permitiu tomar acções do ponto de vista racional deveriam ter tomado. Analisar uma série de indicadores, e, sidero que, do ponto de vista estatístico, ocupamos neste momento, em Portugal, uma posição que se pode dizer boa, relativamente generalizada dos países. Est convencido de que, em termos reservas, em termos de balanços correntes que nos colocari entre todos os países do Mundo 50-60 melhores. Tudo está a saber se somos ou não capazes alterar a dinâmica actual, portanto, de passar a, assim, mesmo, produzir mais e produzir melhor. De agarrar uma realidade que não foi agarrada, e que pode tornar-se em diversos aspectos incontrolável, sendo susceptível sob o ponto de vista político, conduzir a uma situação difícil, diria mesmo a um regresso. Não estou, portanto, preocupado com situação presente em si. Houve muitos erros e se calhar não bem, eles — são necessários, problema está em não saber aprender com os erros e em corrigir, realisticamente, por isso problemas em cima da mesa resolvê-los.

Origens da crise

EXP. — Quais são as razões da situação a que se chegou, seja ela de crise, que parece não ser ainda, ou...

A.S. — Eu considero que é de crise, mas as crises são naturais. Há crises em tudo, na vida pessoal, familiar, etc. e as crises ali são salutares, se se souber dominá-las. Há crise, mas não creio que se esteja numa situação preocupante, não obstante surgirem sintomas que parecem muito desastrosos, e catastróficos. Esses números devem aparecer e as coisas devem ser ditas com toda a clareza, pois não é por o médico escamotear que o doente tem um cancro que resolve o problema do doente...

EXP. — Antes de propormos os remédios, será melhor investigar as causas da doença. E sobretudo a possibilidade de essas causas se manterem, em termos de balanceio, o que a curto prazo, colocaria, Portugal em muito má situação.

C.M. — Julgo que as causas fundamentais residem no facto de não dispormos de uma conveniente estrutura económica, que possa adaptar-se à realidade existente e permitir acompanhar a evolução do processo. As coisas têm-se feito um pouco "ad hoc", descojuntadas.

EXP. — Isso por falta de planeamento?

C.M. — Esta estrutura de que se fala, é em si mesma como que um esqueleto básico da economia. Considero, no entanto, que o planeamento dos sectores fundamentais da economia é absolutamente necessário. Sem um plano em vias de desenvolvimento ou mesmo um pouco subdesenvolvido. A retracção, nesta fase, dos mercados das antigas colónias e as antigas facilidades económicas e de transacção que tínhamos com esses territórios, a juntar a certos boques externos e à crise internacional, vêm-nos colocar numa situação má difícil, sob o ponto

de vista económico e de comercialização.

EXP. — Portanto, em sua opinião a falta de um esqueleto económico é uma das principais razões da actual situação?

C.M. — Sim, de uma estrutura económica que se adapte às realidades actuais, na qual se insira um planeamento dos sectores fundamentais da economia. Claro que essa estrutura, para permitir fazer face à situação real existente tem de dispor de uma certa flexibilidade, de uma capacidade de integração do tal sector planificado da economia que, conjuntamente com o sector privado e com o sector de economia mista, permita a evolução que o processo determinar, com maior ou menor aceleração, de modo a, em cada momento, poder responder a essas situações criadas.

EXP. — Quem comentar este aspecto, ou avaliar estas lacunas da origem da actual crise?

J.C. — Como surge a ideia da crise? — Normalmente, para quem se debruce sobre este tema à base de relatórios e indicadores recolhidos nas estatísticas, a ideia surge por comparação com valores típicos ou tendencialmente esperados que, depois, não se verificam na situação corrente; num prazo em que esses desvios são sempre de carácter negativo, e quando assumem determinados aspectos. Já-se de a crise, silencioso do sentir do seu impacto real na vida corrente... Confirmando a existência de uma crise em Portugal: a base produtiva em que assenta o nosso vir, a continuar a funcionar como está, não nos permitiria satisfazer, dentro de um prazo curto, necessidades colectivas e individuais absolutamente vitais, não garantiria o mínimo de abertura para uma política de independência nacional, não possibilitaria o desenvolvimento do próprio processo político e social em que estamos todos empenhados, na medida em que pretendemos efectivamente

construir uma sociedade socialista. Mas, ao falar de crise nestes termos, como caso padrão aquilo que eu penso que se poderia e deveria verificar, lato de crise pautada por esta norma de transição para o socialismo, não pelo que se verificou no passado. Temos de ter presente que a liquidação dos monopólios nunca poderia ser feita sem profundas perturbações transitórias. Esta questão é fundamental, porque, se admitirmos que chegáramos à conclusão de que não deveríamos fazer a revolução socialista ou que deveríamos resolver a crise económica, constituindo o capitalismo ou regressando ao fascismo, o que seria um absoluto contrassenso... Posta a questão nesta perspectiva, deve acentuar-se que a crise já existe. Uma das causas do aparecimento do 25 de Abril é a crise e não se queira inverter as coisas pondo o 25 de Abril como causa da crise. Costumamos dizer que as estruturas herdadas do fascismo explicam muitas coisas que se passa no país, e é verdade; simplesmente não temos feito um esforço suficientemente sério para distanciar em que medida essas estruturas são elas próprias causas da crise.

Apontarei apenas dois tipos de indicadores: cálculos feitos por volta de 1972 mostram que, em 1977, as consequências do Mercado Comum, na hipótese de não haver profundas modificações estruturais, implicariam perda de empregos na indústria na ordem dos 30 a 40% dos efectivos. Cinco anos é um prazo relativamente curto para fazer grandes modificações estruturais, sobretudo se atendermos à falta de dinâmica que o fascismo revelou no que toca à pequena e média indústrias. Esta situação não era resultado de "negligências", pelo contrário, provinha de organismos preciosos de defesa de certos interesses de classe. O outro indicador é a taxa de inflação, que, a partir das eleições de 73 — é importante

sublinhá-lo, porque mostra interrelação entre o político e económico — tornou-se praticamente galopante, a tal ponto que, no primeiro trimestre de se registaram valores que, prolongaram-se por 74, atingiram uma percentagem superior a 5. Seria difícil que o fascismo — brevemente — inflação que próprio estava a criar. Os 6 indicadores que acabei de referir mostram que a crise era bastar grave e profunda.

Haverá também que referir crise do sistema capitalista mundial. É precisamente em 73 que dá a triplicação dos preços do petróleo, o disparo dos preços das matérias primas e de produtos intermédios, etc. No nosso caso, esta crise teria em qualquer caso um grande impacto numa economia como a nossa, muito aberta, que não nos permite controlar os fenómenos, sobretudo a crise, que se verificam no exterior.

No plano interno após 25 de Abril, temos de reconhecer se houve factores que contribuíram muito para que a nossa economia se afastasse de certos padrões mais desejáveis e possíveis, face a objectivos para a construção de uma sociedade em transição para o socialismo. Há efectivamente estruturas de planeamento. O actual sistema de planeamento vindo do fascismo era incipiente naquilo que nos interessa agora — melhor ser contraproducente — e tinha objectivos preciosos que não se defender que hoje poderíamos defender.

Nesta matéria, o erro má graviterá tudo o de pensar num plano global em vez de considerarmos que uma economia em reconstrução se prioriza não só de cima para baixo, mas muito e sobretudo de baixo para cima. Fazer um plano nacional sem ter planos sectoriais, sem ter noções sólidas actuantes e mecanismos adequados ao nível das unidades elementares, é fazer uma casa sem alicerces e já com telhado. Ter o telhado é bom, mas é essencial que se tenham também os alicerces.

O alibi da política

EXP. — Os alibis efectivamente podem, mas que coisa em termos finais do regime de Cárter, exemplos disso. A partir de Marco, há uma tendência a estabelecer a situação de alterações sucessivas de objectivos das próprias de-

J.C. — Para além de não todas as lutas como lutas dos trabalhadores. Tal jurisprudence simples manifestação de reivindicações, de manifestações de luta, em que ficarem, talvez inserção numa luta de manifestações que se apontam a servir como oportunismo e a burguesamento, o que combatido, porque as reivindicações são vítimas da Ctoe que se cois não que dem para vindicações, mas, em caso, haver quatro ou cinco que sejam incompletas, travá-las, quando da manifestação se justificam, çar-se-d'esse resultado vigilância revolucionária próprios trabalhadores.

A.S. — Contra de a ameaça para uma situação extrema, mas que as pessoas não se ou percebem não se que todas essas lutas, o poder político têm a na prática numa mesma poder, de tal forma, que os vários grupos, fações, se neutralizam. E esta neutralização — e todos se tornam parte de certo momento do IV Governo ter poder governar, havia as de forças que se são suficientes para apoiar o Governo porque a mesma coisa pois a neutralizou e retomou mostrou-se que esta na prática podem até quando é que continuar? Julgo que a prática tem demonstrado regresso a determinações não resolver a situação é pois: qual é o apoio à revolução?

É preciso identificar os acordos que as revoluções que não fizeram para que a uma determinada determinada resolução problemas com que se de se departa. A situação não mostra uma coisa fazer uma revolução que tem demonstrado, que pode impedir a revolução se não se as resoluções, pela manifestação das várias forças me Julgo ser já uma profunda desafeição das frações populacionais que vem em todo o mundo com um pouco situação. Há profundas

uma progressiva subordinação, da travessia do Estado burguês. A 11 de Marco esta tendência se mas a situação não é suficientemente. O uma tal emergente e talvez... opendo numa frase: a situação já não governa, a proletariado ainda não se criou-se um vácuo em de redefinição da natureza da classe no poder político, por sua vez, provocou o apoio da economia. Descompondo o aparelho de Estado, aliás, não tinha ainda as ideias e as orientações precisas permitissem levantar a situação — ao nível das unidades, das económicas, enfim do movimento social em sentido de definição clara da natureza do poder político é a um número um para resolver económicas.

Se a estabilidade política pode haver... Uma das máximas que referi, foi a existência da tal estrutura política, mas para a crise podem várias outras causas. Há uma crise que já existia em 25 de Abril a nível da crise a nível internacional e instabilidade política de uma direcção política de porque sem estabilidade não há economia que. Foram ainda também as causas económicas, quer quer externas, a desajustamento das empresas, a falta de investimentos, que teve repercussão significativo na actual situação económica, e as lutas políticas se têm verificado, especialmente as ocorridas no seu âmbito, a preocupação da direcção da vida sindical, que uma excessiva agudização das lutas políticas terá inevitáveis reflexos na situação política.

Há, evidentemente, dois tipos de causas. As primeiras têm a ver com as relações entre Portugal e outros países. Somos muito dependentes do exterior, em termos de exportações-importações, e isso já vinha de trás. Em 25 de Abril, os industriais não tinham a procura de outros países porque os habituais mercados tinham por perdido. Há também que, se, a partir de 1968, se que ganhamos na indústria, a remessa dos dividendos, tivesse desaparecido, não havido 25 de Abril, mas não qualquer não em 74, em 71, já que era impossível aguentar determinadas condições de vida apenas Portugal, e as despesas com a situação no plano interno, há uma situação política decisiva. Essa é o problema fundamental e, em termos de situação, depois do 25 de Abril, agora não houve poder político. Há todo um período de desconfiança na crise do movimento que se mantém até hoje. Setembro é apontado como marco em que houve uma viragem, mas o problema do poder é da luta pelo poder, que se iniciou em 11 de Março, porque a situação estava extremamente perigosa. Mas em Portugal não aparece uma classe no poder, efectivamente seja o mostrar o outro, seja a directiva, nada

Ocorre todo esse processo de luta diária entre grupos, entre diversos de concepções não consistir a alguma. Líquido como tudo ali, ainda os problemas da situação; houve ali vantagens que também desvantagens em de vista das relações iras, das ligações, etc. Uma vantagem é termos aqui sistemas de malhar de escarona altura de grave crise emprego com os problemas e políticos que daí resultam. Há vantagens do ponto económico — sem discutir vantagem política — que se ganhou ou vai ganhar dependendo das circunstâncias que não se podem prever. Já se tinha perdido, e que os mercados. Já quando se fala para Angola nem para qualquer, pois se observamos nos recibos de Angola e porque como consequência a partir de 68-69 todas as empresas a sua posição relativa compradores. Carina quando mais se falou em de integração ocorreu uma vertida.

Este aspecto é reflexo do político. Ocorre o domínio de determinado poder que não foi substituído pelo de um poder político manifestadamente a nível das unidades das. Hoje e há uma crise no nível das empresas e empresas estão recorrendo a poderes: um caso típico, a comissão administrativa, uma comissão sindical que em poder de diferente natureza a conjugação destes dois não se faz; mas porque há o sindical muitas vezes os comités de trabalhadores, temos os vários os indícios e claro que quando isso se perde muita a, há atrasos, há erros, etc. É reflexo fundamental do poder político, da ausência de um tipo de que todos constata, os tradicionais desajustes e foram chamadas pessoas que, duma geral, imham muito ideia quando não tinham política nenhuma. E não se ali, em Portugal, cruzar-se a parte e nós estamos nam que andamos a tatear.

Em Portugal, seremos de aprender rapidamente? É uma que nos tem faltado unidade para reconhecer os erros. Efectivamente muitas que no essencial, não de acordo e que perdem horas e horas relações porque não andam nos aspectos.

É de facto há que se que todos nós temos e iremos fazer muitas a questão da indefinição político em termos de uma concubina ine-

Ocorre todo esse processo de luta diária entre grupos, entre diversos de concepções não consistir a alguma. Líquido como tudo ali, ainda os problemas da situação; houve ali vantagens que também desvantagens em de vista das relações iras, das ligações, etc. Uma vantagem é termos aqui sistemas de malhar de escarona altura de grave crise emprego com os problemas e políticos que daí resultam. Há vantagens do ponto económico — sem discutir vantagem política — que se ganhou ou vai ganhar dependendo das circunstâncias que não se podem prever. Já se tinha perdido, e que os mercados. Já quando se fala para Angola nem para qualquer, pois se observamos nos recibos de Angola e porque como consequência a partir de 68-69 todas as empresas a sua posição relativa compradores. Carina quando mais se falou em de integração ocorreu uma vertida.

Este aspecto é reflexo do político. Ocorre o domínio de determinado poder que não foi substituído pelo de um poder político manifestadamente a nível das unidades das. Hoje e há uma crise no nível das empresas e empresas estão recorrendo a poderes: um caso típico, a comissão administrativa, uma comissão sindical que em poder de diferente natureza a conjugação destes dois não se faz; mas porque há o sindical muitas vezes os comités de trabalhadores, temos os vários os indícios e claro que quando isso se perde muita a, há atrasos, há erros, etc. É reflexo fundamental do poder político, da ausência de um tipo de que todos constata, os tradicionais desajustes e foram chamadas pessoas que, duma geral, imham muito ideia quando não tinham política nenhuma. E não se ali, em Portugal, cruzar-se a parte e nós estamos nam que andamos a tatear.

Em Portugal, seremos de aprender rapidamente? É uma que nos tem faltado unidade para reconhecer os erros. Efectivamente muitas que no essencial, não de acordo e que perdem horas e horas relações porque não andam nos aspectos.

É de facto há que se que todos nós temos e iremos fazer muitas a questão da indefinição político em termos de uma concubina ine-

Ocorre todo esse processo de luta diária entre grupos, entre diversos de concepções não consistir a alguma. Líquido como tudo ali, ainda os problemas da situação; houve ali vantagens que também desvantagens em de vista das relações iras, das ligações, etc. Uma vantagem é termos aqui sistemas de malhar de escarona altura de grave crise emprego com os problemas e políticos que daí resultam. Há vantagens do ponto económico — sem discutir vantagem política — que se ganhou ou vai ganhar dependendo das circunstâncias que não se podem prever. Já se tinha perdido, e que os mercados. Já quando se fala para Angola nem para qualquer, pois se observamos nos recibos de Angola e porque como consequência a partir de 68-69 todas as empresas a sua posição relativa compradores. Carina quando mais se falou em de integração ocorreu uma vertida.

Este aspecto é reflexo do político. Ocorre o domínio de determinado poder que não foi substituído pelo de um poder político manifestadamente a nível das unidades das. Hoje e há uma crise no nível das empresas e empresas estão recorrendo a poderes: um caso típico, a comissão administrativa, uma comissão sindical que em poder de diferente natureza a conjugação destes dois não se faz; mas porque há o sindical muitas vezes os comités de trabalhadores, temos os vários os indícios e claro que quando isso se perde muita a, há atrasos, há erros, etc. É reflexo fundamental do poder político, da ausência de um tipo de que todos constata, os tradicionais desajustes e foram chamadas pessoas que, duma geral, imham muito ideia quando não tinham política nenhuma. E não se ali, em Portugal, cruzar-se a parte e nós estamos nam que andamos a tatear.

Em Portugal, seremos de aprender rapidamente? É uma que nos tem faltado unidade para reconhecer os erros. Efectivamente muitas que no essencial, não de acordo e que perdem horas e horas relações porque não andam nos aspectos.

É de facto há que se que todos nós temos e iremos fazer muitas a questão da indefinição político em termos de uma concubina ine-

ditar a impossibilidade de fazer um programa que corresponda às necessidades da base social de apoio à transição para o socialismo tal como essa base social de apoio vê os seus interesses e não como algumas pessoas, relativamente poucas em relação a esta base social, querem que ela os veja. Fazer um programa económico é sempre uma operação política, nunca uma operação tecnocrática. Os peritos têm o seu lugar no desempenho de certas tarefas de índole técnica mas as soluções, os escolhos — porque um programa implica concretiza sacrificios de certas camadas em favor dos interesses de outros grupos sociais — têm de ser feitos debaixo de uma firme orientação política. Estamos de alguns meses a esta parte a dizer que é preciso definir com clareza a base social de apoio da revolução e que esta base social compreende o proletariado urbano, o proletariado rural, a pequena burguesia talguvivo até à média burguesia, várias correntes e tendências afirmam concordar neste facto mas na realidade cada uma tem ideias muito diferentes ou, então, deixam-se tão mal definidas que o dizer-se isso não dá base para um trabalho de colaboração. Este desconhecimento, aparentemente paradoxal, vem agravar ainda mais a ausência de uma direcção política firme, de uma clara aliança de classe e do programa que a serve. Assim os vários centros de decisão tomam as decisões que entendem mais convenientes, ou que lhe é possível somar, sem haver uma política correcta. Isto sucede há tanto tempo que aponta para dois factos óbvios: a minutilização do poder, por um lado e a escandalosa esperança das várias partes interessadas no jogo político de um dia vir a ganhar o poder em exclusivo por outro lado a degradação da situação e, por base social de apoio da revolução, quem deveria ser visto como aliado dentro da base social de apoio à revolução. Isto é um facto grave, que tem consequências políticas e económicas. E mais que tempo de terminar com esse jogo estéril, sob risco de estarmos activamente a preparar a contrarrevolução. É tempo de definir uma estratégia de transição para o socialismo na base de uma aliança de classe, na base de um programa que tenha em conta as aspirações reais dos componentes desta aliança de classe e não das aspirações que os "iluminados" lhe imputam.

De outro modo, temos uma política de avestruz dentro da ideia de ganhar o poder por exclusão de forças sociais representativas de parte da própria base social que se supõe estar na impulso do processo. É o "golpismo" e há golpismo de direita como o há de esquerda. Um e outro, os dois em conjunto darão a contrarrevolução. Mas voltando à agenda desta mesa redonda, gostaria de passar para o outro ponto, o da confusão em que andará o mundo empresarial, no que toca a alguns sectores nacionalizados. Em minha opinião há aí alguns casos de organização nem molde que pode ser de facto fecundo, num molde de real transição para o socialismo.

EXP. — Par exemplo onde? J.C. — Refiro, por exemplo, a CUF, onde me parece que de facto há uma organização, herdada em grande parte mas sobretudo em via de transformação pela participação dos trabalhadores. Uma participação metódica, sistemática, organizada. Também por exemplo, a metalomecânica pesada onde continua a esperar-se a criação do Comissariado da Metalomecânica dentro do programa de intervenção nos sectores básicos — há todas as condições para instalar o controlo operário em moldes que assegurem uma gestão no interesse dos trabalhadores. O Comissariado da Metalomecânica organizado nestes moldes virá a ter a maior importância como fórmula de partida para a socialização dos meios de produção através do controlo operário, que estará a ser feito antes de serem possíveis as nacionalizações. Nesto não são aspectos negativos...

EXP. — Quanto ao sector público? J.C. — Estou a referir-me ao funcionamento empresarial. Agora, o que é profundamente negativo é o jogo de forças anarquizantes e as motivações oportunistas de certos movimentos de trabalhadores sob a capa de movimentações revolucionárias.

EXP. — Mas que é caso da CUF que alho quer o caso da metalomecânica pesada são casos em que se mantém uma simbiose entre os antigos administradores e os novos administrados?

J.C. — Melhor, uma conjugação do velho e do novo que é o típico do mecanismo de transição, desde que o novo subordine e domine o velho. O típico do mecanismo de transição é reconhecer que se o comando pertence a certas forças e a certas instâncias, que são as novas, pois isto não implica necessariamente que se vá tratar a transição como se fosse já obra acabada, eliminando qualquer traço do passado.

EXP. — Mas em outros sectores onde não se fez nomeadamente a Banca e os Seguros em que os velhos administradores alguns eram recuperáveis mas onde essa simbiose não se fez e aparentemente há uma crise de organização, digamos uma crise de adaptação e isto é grave.

J.C. — Se eu faço este problema do funcionamento empresarial é para dizer que há exemplos que apontam para o bom caminho para o controlo operário assegurando efectivamente uma disciplina e uma direcção ao nível empresarial que me parece bastante racionais na maioria das condições curso há exemplos de comportamentos anarquizantes, de oportunismos que são contra os interesses revolucionários.

EXP. — Era a esse tipo de situação que há, bocado, se referiu, quando falava de sabotagem económica?

C.M. — Quando me referi a sabotagem económica era fundamentalmente a atitude de descapitalizar as empresas, às vezes para justarem o dísparco, para o

levarem consigo para fora do país, mas não quero com isto dizer que não tenham existido, oportunismo, em certos casos, também.

EXP. — O que está a dizer liga-se de certo modo com uma acusação corrente. Diz-se que se está a trabalhar meno e pior, o que também seria uma das causas da crise.

A. S. — Eu antecipa a afirmação que sim e isso causa-me angústia. A socialização dos meios de produção deverá traduzir-se numa maior eficiência de utilização desses meios. Todos nós sabemos que no capitalismo, do ponto de vista do empregatário, se procurava fazer a maior eficiência dos meios de produção e as pessoas trabalhavam, chegavam a horas,

não faziam plenários a toda a vez e hora, o trabalho de cada um era medido.

O trabalho produzido por cada trabalhador deve ser medido em qualquer tipo de economia, — as pessoas têm que cumprir determinados horários, assumir determinados comportamentos e conseguir determinadas produções. E mais, supõem nas economias socialistas que as sanções são extremamente duras quando ocorrem determinadas falhas e falhas. Suponho que em Portugal há uma situação generalizada de quebra de produção, conheço muitos casos em que isso sucedeu, reconheço que a preocupação geral e política é própria a uma momentânea tra-

vagem e explica muito mas não tudo. Embora convocado de que essa quebra teria que se dar com a mutação do processo, será grave se essa quebra se mantiver e se se burocratizar a gestão. Há em certos sectores uma tendência para que pessoas menos conscientes raciocinem na base de que começaram a ser funcionários públicos, que não vão ser aumentados, que vão perder as regalias que tinham. Julgo que devem dar-se mais motivações de tipo económico embora não com o carácter que anteriormente se deram, há que fazer uma maior consciência política licitos de convir que em muitos casos não existe e há que fazer tudo para que não surja o processo de burocratização. É um risco e vamos a ver se somos capazes...

A questão das nacionalizações

EXP. — Terá chegado a altura de falarmos das nacionalizações e das suas relações com a crise económica?

J. C. — De há um tempo para cá, tem sido muito contestada a forma como foram feitas as nacionalizações. Contudo que estou em desacordo com tais rejeições ou oposições.

EXP. — Portanto entende que as nacionalizações e o modo como foram feitas nada tem a ver com a crise económica?

J. C. — As nacionalizações, se algum efeito têm tido neste processo, são um aspecto positivo, com vista à resolução da crise económica. É certo que poderiam ter feito melhor uso delas, mas isso é outra questão, que nada tem a ver com a atribuição de responsabilidade às nacionalizações, no que diz respeito ao período em que foram feitas. De resto, perante a Banca, depois do segundo e depois, face ao programa do IV Governo que foi discutido em Conselho reunido a aprovação do PPD, do PS e do PC e dos ministros independentes, começaram a ser aplicadas as nacionalizações.

Devo dizer, no que diz respeito à indústria, que algumas nacionalizações, embora preparadas pelo IV Governo, vieram já a ser promulgadas já no âmbito do VI Governo. Prosseguiu-se o programa sem interrupção, de acordo com o esquema aprovado em Conselho.

Mas porque é que se fizeram as nacionalizações? Ou melhor, poderiam elas deixar de ter sido lei-

tas? Acho que não. Explico as minhas razões com o 28 de Setembro como já ficou vivamente ocasião de referir terminou uma primeira fase da revolução, fase que se caracterizou fundamentalmente pela iminente possibilidade de recuperação de todo o processo do 25 de Abril pela burguesia. O que esteve em causa era a instauração de um ajustamento de tipo neo-capitalista. Com o 26 de Setembro isso ficou dificultado e entrou-se numa outra fase que, por sua vez teve nova inflexão com o 11 de Março. Ora a partir do 28 de Setembro tornou-se claro, pelo menos para mim, que não era possível gerir a economia portuguesa deixando um processo de transição para o socialismo se não se fizesse a nacionalização dos sectores básicos. Querer fazer a transição para o socialismo deixando todo o poder económico nas mãos daqueles que têm de combater por interesse de classe, essa transição seria um erro muito grave. A economia portuguesa estava organizada de forma muito concentrada de forma muito número de monopólios que de facto, dominavam a economia portuguesa. Esses monopólios tinham um projecto de desenvolvimento da economia baseado no lançamento de indústrias capital intensivas e na satelitização das empresas que poderiam satisfazer necessidades de ganhar o controlo do comércio externo das camadas mais afuentes, ou servir de instrumento para a operações altamente especulativas.

Quem não se lembra, por exemplo, dos programas que se geravam à volta da especulação imobiliária, não para satisfação de necessidades básicas ou de habitação mas como consumo superior? Quem é que não sabe o que se da proliferação de serviços de na-

tureza financeira, do jogo da bolsa e tudo o que lhe estava associado? Pois os monopólios estavam nitidamente a orientarem-se para o terciário no sentido de explorar o poder de compra de uma classe média em ascensão, de culpar as remessas de emigrantes e de fazer funcionar em seu proveito a situação de liquidez que caracterizava a nossa economia. Os saldos da Balança de Pagamentos traduziam-se numa injeção de meios de pagamento na nossa economia dum poder tão considerável que ultrapassava a capacidade de acção da nossa burguesia. Também o comércio externo tendia a ser totalmente controlado e orientado pelos grupos monopolistas. Em certo sentido eles procuravam insuflar-se numa dimensão europeia lançando grandes projectos extremamente intensivos capital já com uma tecnologia sofisticada e muito voltados para o exterior, subordinando empresas médias e pequenas numa escala de tal magnitude que a pequena e média burguesia portuguesa proprietária ficava quase diminuída.

Lacutando quaisquer conotações moralistas totalmente descabidas, temos de reconhecer que havia um processo de concentração e de subordinação da pequena e média empresa, por força do jogo do capitalismo monopolista. O que eram, por exemplo, "Trading-Companies"? Pois não eram mais do que a organização, em volta do capital financeiro de uma gama muito extensa de actividades

ficando os monopólios na posição típicas dos grandes grupos japoneses. Neste sentido, pode-se dizer que a economia portuguesa estava a apontar-se rapidamente, a organizar-se em volta de um sistema tal que a subcentração e a intermediação financeira permitiam aos monopólios assumir o controle efectivo, se bem que por interposta pessoa, de recursos nacionais cada vez mais vastos. E isto processava-se a um nível e a um ritmo muito intenso. A partir do 28 de Setembro ou se promovia a continuação desta estratégia se então não se faziam nacionalizações ou se ia a rala do problema em termos de uma política socialista procurando construir o futuro a partir da estrutura existente, nacionalizando os monopólios.

EXP. — Mas entre o 28 de Setembro e o 11 de Março não se esboçou um terceiro caminho, consubstanciado no Plano Mito António?

J. C. — Não havia terceiro caminho, embora se tivesse que ter a extensão exata das nacionalizações.

Mas quaisquer que fossem as razões dos defensores de um eventual terceiro caminho, a partir do 11 de Março essas propostas são impossíveis. As nacionalizações correspondem ao reconhecimento de duas realidades distintas mas que se completam: uma, de remoção da economia portuguesa de verdadeiros cadáveres de mecanismos e centros de decisão cuja lógica estava morta; outra, de apropriação colectiva dos recursos que esses centros dominavam,



Costa Martins

postos agora ao serviço de interesses colectivos.

EXP. — Por um lado, a economia portuguesa estava, estruturalmente num processo de "japonesação" progressiva. Por outro, se não houver um modelo alternativo de desenvolvimento, as nacionalizações podem levar a um capitalismo de Estado na sua forma mais concentrada. Acha que havia esse modelo alternativo?

J. C. — Sendo a favor de um modelo socialista descentralizado, não me move a menor simpatia por um sistema de gestão burocrática dos meios de produção. É necessário saber distinguir entre a nacionalização e a socialização dos meios de produção; a nacionalização é um acto jurídico que situa a apropriação colectiva dos meios de produção; a socialização pressupõe que essas meios de produção estejam sob uma direcção social exercida pelos próprios trabalhadores.

Tendo em conta o pouco tempo decorrido desde que se tomaram essas medidas, parece-me totalmente farrusco pretender que já se tivesse passado da nacionalização para a socialização.

Quanto ao modelo alternativo, o que se se pode dizer é que ele efectivamente existe a podendo-se encontrar nos próprios diplomas de nacionalização, a abertura de um caminho que consistirá a direcção social da economia pelos próprios trabalhadores e não pelo aparelho burocrático de Estado. Claro que, as situações reais poderão ter sido afectadas por algumas dificuldades no início do longo caminho que conduzirá à socialização, pois isso, terá tarelas de muitos anos. Voltando à realidade recente nem



João Cravinho

sempre as ordens de reestruturação terão conseguido atingir totalmente os seus objectivos, tal como também nem sempre os trabalhadores terão contribuído activamente para que essas reestruturações viessem a constituir o ponto de partida possível para uma gestão socialista. De qualquer modo, é preciso atender à grande diversidade de situações que se registam na sociedade portuguesa, às diversidades de opiniões manifestadas, pelos próprios trabalhadores, às diferenças no que se refere à posição de classe desses trabalhadores. Frente estas condicionantes, é preciso deixar o sistema muito flexível nesta primeira fase, sendo a prática a determinar o possível ponto de partida para o processo de socialização em cada caso concreto. As nacionalizações eram inevitáveis, foram devidamente ponderadas e obedeceram a determinado objectivo, no que toca à indústria. O que não se pode dizer é que tenha sido uma orientação dogmática em obediência a um padrão uniforme, determinando acriticamente e sem excepções obediência com as realidades de cada caso.

EXP. — Qual é a opinião dos outros participantes sobre estes três pontos: as nacionalizações foram positivas e poderosas? Eram inevitáveis? E caminha-se ou não para um capitalismo de Estado?

C. M. — Muito do que eu iria para dizer li foi dito pelo eng. João Cravinho. É possível que o modo como se fizeram as nacionalizações nesto sempre tenha sido o mais correcto. Simplemente, há que atender às situações concretas existentes nesta altura. Sem a detenção por parte do Estado dos



Almeida Serra

sectores fundamentais da economia não haverá um arranjo efectivo da economia sem se conseguir que ela evolua positivamente.

A. S. — Se o nosso sistema político existisse mais estabilizado, talvez houvesse vantagem em não ter nacionalizado tão rapidamente e numa extensão tão ampla. Mas, na nossa situação política, não podia haver dúvidas, licouq erros, sem dívida devidas a uma certa precipitação, mas não veio como poderiam ter sido evitados.

Quanto ao modelo subjacente, suponho que deve ter havido vários modelos, como aliás se demota analisando os decretos das nacionalizações. Pessoalmente, estou bastante preocupado com os mecanismos com os quais todas estas unidades económicas se vão articular. Por exemplo, discordei de um processo de planeamento levado até às últimas consequências, (1) que se deve fazer é uma articulação nas grandes linhas, determinar os parâmetros básicos, deixando ao nível de cada unidade uma grande margem de manobra.

POR OUTRO LADO: A MAIOR CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO DO Estado da Economia tem como contrapartida uma maior responsabilidade das empresas nacionalizadas no que diz respeito à recuperação da actividade económica. O investimento está muito aquém do planeado, até porque ainda não se verificou uma efectiva substituição dos antigos dictames. Não se pode esquecer que, ao redor destas unidades, há muitas pequenas e médias empresas que estão directamente dependentes da recuperação que se vier a verificar nas primeiras.

Um exercício de auto-crítica

II EXPRESSO — Depois de traçadas as características gerais que estarão na base da crise, seria altura de tentar um pequeno exercício de auto-crítica na medida em que todos tiveram responsabilidades governativas, Costa Martins como ministro do Trabalho, João Cravinho, como ministro da Indústria e Tecnologia e Almeida Santos como secretário de Estado das Finanças.

C.M. — Estive num sector onde como era de esperar, só tive problemas e não dispus de meios para os resolver. Os reflexos de qualquer crise económica reflecte-se sempre no sector do trabalho. A capacidade de investimento tem sido muito reduzida, embora, das verbas atribuídas, só cerca de 50% serão utilizados até ao fim do ano. A questão do défice orçamental nunca me preocupou; o que era importante é que as respectivas verbas fossem convenientemente utilizadas e infelizmente isso não tem acontecido: a máquina estatal não está devidamente estruturada e organizada para isso. Contrariamente ao meu desejo, não foi sequer possível aumentar a massa salarial, de forma a compensar a deterioração do poder de compra por efeito da inflação. Só a compreensão dos trabalhadores permitiu que eu pudesse trabalhar sem ter que recorrer a métodos repressivos, num ambiente de crise de autoridade, tendo o índice de greves sido, pelo menos, não superior ao que se verificou nos países da Europa Ocidental, apesar de se viver num período revolucionário. Não foi possível resolver todos os problemas ligados a uma desigual distribuição de rendimentos, até porque é preciso um longo período

para conseguir resolver esta questão.

Alguns erros terão sido cometidos: reconheci muitos e, esforcei-me por os corrigir. Procurei fazer uma política imparcial, mantendo a minha independência apesar dos rótulos que me quiseram pôr. Mantive o diálogo com quase todas as forças políticas e recusei-me sempre a qualquer forma de discriminação em relação a quem quer que fosse. A política do Ministério do Trabalho poderia ter sido mais correcta, mas apenas se tivesse existido uma maior clarificação e estabilidade políticas.

J.C. — A minha permanência no Governo foi muito curta e isso, como é óbvio, condiciona a análise crítica da minha actuação. Também não posso deixar de referir o reflexo em tudo o que foi feito, da esplêndida equipa com que trabalhei no Ministério.

Os erros, podem explicar-se por três ordens de razões: deficiências de informação, pressão dos acontecimentos e deficiências de carácter técnico-político. Em relação aos primeiros dois tipos, acho que não vale a pena falar, até porque eles são o pão nosso de cada dia da actividade de qualquer ministro, embora, como é evidente, possam originar erros muito graves. Quanto ao terceiro tipo de erros, considero que a sua análise terá de ser feita em função de um programa que elaborámos ao fim de uma semana de presença do Governo. O que lá estava de essencial pode-se resumir nos seguintes pontos: lançar o controlo dos sectores básicos, que se traduziu em nacionalizações e, para algumas empresas, em formas de controlo operário e de responsabilização directa por parte do aparelho de Estado de certos aspectos estratégicos; fazer avançar alguns projectos de investimento na óptica de uma economia em transição para o socialismo, o que obrigou a rever

alguns projectos importantes que vinham do passado; relaxar a actividade de sectores onde predominou a pequena e média indústria através da criação de órgãos de gestão sectorial, que seriam uma função de progressiva socialização dos meios de produção, segundo formas que não obedeceriam nem aos requisitos da nacionalização imediata nem aos da intervenção "ad hoc"; finalmente, promover uma orgânica do ministério que, com excepção do INII, data de 1948.

Relativamente ao controlo dos sectores básicos, uma crítica possível apontará para o facto de terem ficado fora do processo de nacionalizações duas ou três estruturas importantes, quanto a outros aspectos já os abordei nesta minha redonda. No que se refere à questão dos investimentos, reconheço que deveria ter sido mais rápido, na constituição dos Grupos de Trabalho que se ocuparam dos projectos relacionados com Sines, escapando a discussões absolutamente inféteis e escolásticas; quanto a prerrogativas e competências de outras instituições que não é do Ministério da Indústria se eu souber que o tempo de vigência do IV Governo ia ser tão curto não teria perdido todo esse tempo precioso. Quanto ao problema fundamental dos órgãos de gestão sectorial reconheço também que poderia, e deveria, ter sido mais decidido. Mas também não me sinto muito responsabilizado por isso, pois as deficiências da máquina burocrática e todo o jogo de interferências políticas tiveram um peso decisivo no retardamento de alguns projectos. Por exemplo, no campo da metal-mecânica, ligeira, pensamos construir uma empresa que permitisse coordenar a actividade técnico-comercial como modo de fazer de acção de planeamento, especialmente porque havia capacidade não utilizada inter-

namente, ao mesmo tempo que se importam produtos que podem ser manufacturados em Portugal. Essa empresa pública Centrometal conseguiu a ser preparada em Abril e, depois de várias dificuldades, foi posta à consideração do Conselho de Ministérios com realce para a urgência da sua formação, ainda hoje está para ser aprovado o texto legal que a constitua.

Quanto à urgência do ministério, foi proposta uma nova estrutura aos trabalhadores do Ministério e com eles discutida; simplesmente não foi possível passar dessa fase inicial não tendo o diploma ido presente a Conselho porque entretanto o Governo entrou em crise.

Em relação a outros pontos o mais importante já foi aqui referido: o investimento. De facto há uma queda dramática nos projectos para novos investimentos, muito timento industrial ainda não manifeste uma decisão concordante, pois está em curso de acabamento investimentos decididos no passado. Até pode acontecer que nos próximos anos tenhamos valores de investimento superiores à tendência o que é justificado pela enorme importância de certos projectos (Petroquímica de Aromáticos e Olefinas, complexo baseado nas pirites de Aljustrel, a Siderurgia). Quanto a novas iniciativas de investimento, gostaria de apontar aqui alguns números que mostram como a situação é dramática: em 1973 foram registadas na Direcção Geral de Serviços Industriais cerca de 27 milhões de contos, em 1974 temos 15 milhões de contos e em 1975 qualquer coisa como 2,5 milhões de contos nos três primeiros trimestres, o que leva a prever que no fim de ano se atingiu cerca de 3 milhões de contos. A solução deste problema só pode ser conseguida através do sector público; falta-se agora mesmo de incentivo ao sector privado, mas

isso é ilusório. O fundamental terá de ser o investimento público ou o investimento restante seguindo da orientação clara do sector público.

Para estes efeitos há que lançar novas empresas públicas e proceder a apresentação de projectos já devidamente estudados e com explicitação de garantia, já que a propensão ao risco do novo investidor é tradicionalmente reduzida. Assim é que se cria o clima de confiança e não com apela que caem em orlhas mouscas face à falta de realismo que os informos. Esta importante função estava prevista na orgânica do Ministério e, em termos das prioridades a satisfazer, esta era certamente das mais prementes.

De tudo isto decorre que a minha suscritora se traduz no seguinte: deveria ter alterado algumas prioridades e mesmo os pesos relativos de iniciativas concretas dentro de cada prioridade.

A.S. — Num primeiro plano, considero que a responsabilidade pelos erros cometidos tem de ser imputada a todos nós, civis e militares, que tivemos responsabilidades directas na definição das políticas e na resolução dos problemas. Em segundo lugar há que referir que houve demasiados Governos Provisórios, não tendo sido sempre perfeita a transmissão de um Governo para o outro, obrigando assim a duplicar inutilmente certos trabalhos. Haverá ainda que apontar para deficiências de organização a nível dos Ministérios que levam, por exemplo, os Ministros e Secretários de Estado a fazer trabalhos de Director-geral, e até de chefe de repartição.

A necessária ligação que se deveria ter estabelecido entre os diversos Ministérios não foi conseguida tendo, quando muito, funcionado na base de contactos pessoais que, como é óbvio não deixam traços suficientemente profundos.

Haverá soluções a propor?

EXP. — Será a altura de passarmos para as passíveis soluções da actual crise. Em vossa opinião, quais seriam as passíveis mais importantes a dar nesse sentido?

C.M. — Sem se resolver o problema político não será possível resolver o problema económico. Com a experiência colhida no M. T. em que tomei contacto muito directo com os problemas económicos de País, cujos reflexos negativos acabam por reflectir-se sempre ao nível das relações de trabalho, acabei por colher mínimamente as conclusões que me parecem válidas quanto à organização da estrutura económica que poderá ser implementada no País.

Claro que a solução política que vier a ser definida terá que ter em conta a vontade do povo. Mas o Norte não é exactamente o mesmo que Centro e o do Sul; estas diferenças não podem ser esquecidas. O nosso país é pequeno, mas é significativamente grande em latitude, pelo que me parece que a solução mais viável consistirá numa descentralização com a definição de regiões com determinação autónoma. Seria um sistema em que existirão órgãos de poder locais para certa autonomia política financeira e económica, embora dependentes de um poder central.

Com base nessa estrutura político-administrativa, seria aplicado o sistema económico adequado, cuja orgânica passo a referir, ainda que em termos muito genéricos, e cujas linhas principais são as

seguintes: na indústria, haveria um órgão de planeamento e coordenação que coordenaria os vários sectores e regiões; haveria departamentos para cada um dos sectores industriais; esses departamentos traduziriam as orientações gerais do plano em políticas sectoriais que desceriam depois até ao nível das empresas que, por sua vez, elaborariam planos de empresas. Estas empresas poderiam ser privadas, públicas ou semi-públicas devendo considerar-se que as empresas privadas que acitassem este esquema beneficiariam de determinadas vantagens, nomeadamente de ordem financeira, fiscal, créditos, etc. De qualquer forma, as empresas privadas não seriam forçadas a integrarem-se nesta organização da actividade económica; fê-lo-iam voluntariamente.

Uma das vantagens que encontro neste programa é a sua flexibilidade perante diferentes formas de evolução da situação e objectivos políticos. Como é evidente, este programa só não é compatível com formas puras de capitalismo, pelo que dispõem de flexibilidade bastante para servir qualquer situação política, portanto, quer a que se vive hoje em Portugal, quer a que se tem o puro socialismo. Claro que em tudo isto é indispensável garantir a colaboração dos trabalhadores, não só a nível da empresa como na elaboração do próprio planeamento, aos vários níveis, incluindo o central e os sectoriais, onde seriam também ouvidos os representantes do sector privado, nos domínios em que os empreendimentos privados dispõem de um volume que represente peso significativo para a economia nacional, ou regional. O maior ou menor peso do sector privado seria função do maior ou

menor avanço do processo revolucionário.

Para a construção civil, há também esquemas de organização semelhantes a este embora adaptados às suas particularidades.

J.C. — Também eu considero que o problema fundamental é o da natureza do poder político. Não podemos continuar nesta situação em que nem a burguesia governa nem o proletariado se afirma. Uma outra sugestão é a da determinação da aliança de classes e a elaboração de um programa que lhe corresponda. A vaporização que vivemos após o 25 de Abril já mostrou que temos de procurar conjugar diferentes fontes de legitimação do poder. Se persistimos em afirmar uma só fonte legítima de poder, com a exclusão das outras, estaremos a caminhar para uma ditadura que não será benéfica.

No caso português, é possível dizer que existe uma legitimidade vanguardista ide que o MFA, vanguarda nacional, mas não de classe, é uma tradução, a que se devem juntar vanguardismos ideológicos, partidários, há uma legitimidade de tipo eleitoralista que está fortemente implantada entre nós e, há ainda, a legitimidade que vem da democracia de base e que encontra eco profundo nos trabalhadores portugueses. Sendo em conta a correcta combinação destas diferentes legitimidades se poderá esclarecer a natureza do poder político e definir o programa que há de servir de base social de apoio. Sem um projeto político para a revolução semenos varridos pela contrarrevolução.

Quando às acções concretas para arranque da economia considero que devemos determinar criteriosamente as prioridades e avencer decididamente na execução de planos singelos mas concretos. Não penso que seja

convencional definir isoladamente esse plano global: mas importante será lançar imediatamente as linhas de gestão e planeamento sectorial e empresarial, concebido pelo sector nacionalizado. Cada grupo de empresas nacionalizadas deve ser utilizado para re-estruturar a economia através da sua acção junto das empresas com quem têm relações mais directas. Para isso é necessário ter não só o plano da empresa como também o plano das intervenções que são possíveis a partir desse polo económico. Será muito pensar nisso, por exemplo, para o sector da construção naval do sector automóvel ou para os têxteis, como para a construção civil e obras públicas, para a agricultura.

Mas isso não chega: o sector nacionalizado deixa ainda muitos vazios, mesmo considerando as intervenções que se podem fazer a partir dele. Será também necessário elaborar um plano de enquadramento que discipline a acção do aparelho de estado e defina claramente com que é que os diversos sectores, nacionalizados ou não, podem contar em termos de recursos para a sua actividade produtiva. Sem a definição destas regras de jogo não tem qualquer sentido falar, por exemplo, de auxílio às pequenas e médias empresas. A programação dos investimentos deverá merecer menção preparatória assim como a concepção dos desequilíbrios das empresas numa perspectiva social, o que inclui a exploração mas também inclui reivindicações irredutíveis. Será, necessário recuperar determinados equilíbrios macro-económicos tal como é no ponto de estabelecer rigorosamente as condições de relação económicas mais equilibradas e com outros países, não esquecendo que o país precisa

de investimentos do exterior em Portugal acriminos definitivamente. Os investidores, com unidades de base idêntica pouco elaborada, não estão já interessados na nossa economia nem nós no que eles decerjam encontrar aqui. Quanto a outros investimentos deveremos abrir-nos nas condições determinadas pelos nossos interesses. Não será possível quebrar laços económicos com os países capitalistas. Uma política de independência nacional não é o mesmo que uma política de isolamento ou de substituição de um exclusivo de relações económicas com o bloco capitalista por outro qualquer exclusivo. É possível melhorar a nossa posição mas é impossível o corte: bastaria referir o fenómeno da emigração para que se percebesse as estreitas relações existentes entre Portugal e os países capitalistas. É desejável e indispensável, reforçar ligações económicas com os países socialistas, mas não se podem esquecer as limitações que hoje se põem a uma separação rápida da economia portuguesa em relação aos países capitalistas.

A.S. — Também para mim o problema básico de tudo isto é o da classificação política. Há que atender à natureza de classe dos oficiais que fizeram o 25 de Abril e que pertencem basicamente, à pequena e, sobretudo, à média burguesia. Se se pode admitir que nem no nosso caso haja rupturas com a sua posição de classe não se deve esperar que o mesmo aconteça a nível global. As nossas forças armadas não são radicalmente diferentes das de qualquer outro país capitalista e no dia em que forem postas em causa, em Bloco não deverão de reagir de acordo com os modelos tradicionais. Podem-se começar por uma forma de

populismo, de nacionalismo, e que depois evoluirá para uma forma, mais ou menos dura de direita. As forças civis têm que perceber isto e estar atentas a este tipo de evolução. Os partidos mais fortes junto das massas têm que chegar a um entendimento para que a situação possa estabilizar.

Em termos imediatos, a primeira prioridade será a prática efectiva da austeridade e a melhoria da balança de pagamentos. É indispensável evitar a todo o custo que se venham a manifestar carências de produtos básicos, alimentares e industriais. Outros objectivos a atingir são uma melhor ligação entre o sector público e o sector privado a garantia de estabilidade nos empregos, a cobrêta dos grupos de trabalho de cada um, assalariados, pequenos e médios empresários, de acordo com critérios bem definidos, não se pode hesitar no relaxamento do investimento, assim como não pode haver contemplações na definição de um programa que resolva a actual situação das finanças públicas futuramente sem que se cubra, a qualificação para a previdência tem que ser paga sob o risco de, dentro de algum tempo, não haver previdência social. Tem de reproduzir mais e melhor acabando com "paleos" gratuitos. A quando do controle da produção está longe de ser resolvida, o que é muito grave, corredu-se o risco de se caminhar para formas difarçadas de co-gestão. Finalmente não se pode esquecer que nenhum destes objectivos será atingido enquanto não se conseguir descomprimir as tensões existentes na sociedade portuguesa. Há sobretudo que adotar os meios de comunicação social à realidade portuguesa (que não coincide com a da estrutura industrial de Lisboa), deixando de agredir diariamente a maioria das gentes deste país.

editorial

Bisemanário em hora conturbada

O EXPRESSO sai, a partir de hoje, duas vezes por semana. Passamos, portanto, a estar 104 vezes por ano em contacto com os nossos leitores, aparecendo aos sábados e às quartas, procurando continuar a fazer o mesmo tipo de jornalismo e de qualidade.

Não foi de ânimo leve que tomámos a decisão de alterar a periodicidade. Havia diversos argumentos contra: o ritmo bisemanal, mais acelerado, não concede as possibilidades de reflexão do semanário; a qualidade deteriorar-se-ia; o EXPRESSO é um jornal para ler no fim-de-semana; não teríamos infra-estruturas suficientes; não se deve mexer numa publicação que funciona bem, etc. Mas também eram relevantes as razões a favor da saída do jornal duas vezes por semana: a vida portuguesa agita-se com demasiada rapidez e há muitos assuntos que, em termos de informação, de análise e de opinião, se desactualizam, passando poucos dias sobre a sua ocorrência; o EXPRESSO tem, talvez mais do que nunca, um papel importante a desempenhar no panorama complexo, dividido e nem sempre competente da imprensa portuguesa; as sondagens feitas junto de leitores e anunciantes revelaram que a passagem a bi-semanário era desejada (houve mesmo muitas sugestões no sentido

de nos transformarmos em diário); e as pessoas que trabalham neste jornal sentiram-se capazes e com vontade de arrancar com o EXPRESSO à quarta-feira.

O segundo conjunto de motivos foi o que prevaleceu. E assim nasce, hoje, o EXPRESSO-EXTRA.

Como os leitores facilmente se aperceberão, não se trata de um jornal novo, mas de uma continuação do EXPRESSO que já conhecem (por isso mesmo, a numeração é seguida, este número é o 149). Há, no entanto, algumas diferenças quer quanto ao aspecto gráfico, quer quanto ao conteúdo. Tentámos fazer um jornal adaptado ao dia de semana em que sai, (em que há menos tempo para ler), com prosas, quando possível, mais curtas e com resumos dos principais acontecimentos no país (pág. 3), no mundo (pág. 6) e na economia (pág. 14). Além disso, introduzimos secções novas (ver, por exemplo, as pág. 2, 8, 11, 12 e 13) e, consequentemente, enriquecemos o naipe dos nossos colaboradores.

Tivemos, contudo, o cuidado de, à quarta-feira, acrescentar, no título, a palavra EXTRA à palavra EXPRESSO. E isto não apenas para ressaltar eventuais diferenças em relação ao jornal de sábado, mas sobretudo porque entendemos que poderão não se manter mais tarde alguns dos principais motivos, que, nesta altura, justificam que o EXPRESSO apareça também à quarta. Se isso vier a suceder, teremos de fazer um aprofundado exame sobre a conveniência de regressarmos ou não à periodicidade semanal.

Cabe agora, aos leitores — e só a eles — dizer de sua justiça sobre a utilidade e oportunidade do EXPRESSO-EXTRA.

Surge este num momento bastante conturbado da vida portuguesa, em que, mais uma vez, de vários sectores se anunciam, dias e semanas decisivos. Na situação de permanente indefinição em que vivemos, os jornais têm um indispensável papel de clarificação e de desmistificação a desempenhar de que não podem abdicar, sob o risco de deixarem de ser órgãos de informação e de esclarecimento, para se tornarem em instrumentos de propaganda e de confusão.

Não é publicando comunicados de organizações não identificadas em que se caluniam conselheiros da Revolução e se revelam planos de defesa do país que a imprensa se significa. Não é escamoteando ou escondendo sistematicamente certas notícias que a imprensa se mostra à altura das suas obrigações. Não é dando por princípio apenas uma das versões dos factos e uma das interpretações acerca do modo como eles se ligam que a imprensa cumpre as suas obrigações perante a comunidade pluri-facetada em que se insere.

No EXPRESSO temos tentado — o que não quer dizer que sempre o tenhamos conseguido — praticar um jornalismo limpo e sério, auscultando diversos quadrantes, noticiando e explicando as várias posições e deixando aos leitores a opção final.

É isso que, arrostando com os riscos e hostilidades inerentes e já habituais tencionamos continuar a fazer. As quartas, como aos sábados.

BRAGANÇA, Aquino de

De Lourenço Marques
aquino
Aquino de Bragança*

Portugal não pode não reconhecer o Governo do MPLA

ANGOLA SERÁ independente em 11 de Novembro depois de 14 anos de luta armada sob a direcção do único Movimento, realmente nacional e revolucionário, dirigido por Agostinho Neto — o Movimento que condensa e interpreta as aspirações profundas das massas angolanas. Toda a África revolucionária festejará esta data histórica que marca um passo muito grande e importante nos caminhos da libertação total e efectiva do continente africano.

O imperialismo já reagiu, e fê-lo cedo, e cada vez com mais força, pondo em marcha os seus instrumentos «nacionais» — FNLA e a UNITA, aos quais concede auxílios maciços e abertos. (Lembro aqui os esforços tenazes feitos por Kissinger para persuadir o Congresso e o Senado a aumentarem as ajudas militares e financeiras ao Zaire de Mobutu a fim de superiorizar a FNLA de Holden Roberto). Paralelamente um esforço análogo foi desenvolvido pelos sul-africanos com vista a sustentarem a UNITA de Jonas Savimbi.

O imperialismo prefere internacionalizar o conflito e inclusivamente transformar Angola num novo Vietname, ali mesmo no coração da África, a deixar as massas angolanas aceder à independência e ao poder através das mais autênticas organizações revolucionárias do MPLA. Como pretexto, aduzem que o MPLA é instrumento do «imperialismo» soviético. Toda a gente sabe que o MPLA aceita o auxílio venha de donde vier: Moçambique, Argélia, URSS, China, Jugoslávia ou Roménia, república da Guiné-Conakry ou de qualquer outro país progressista do mundo. O MPLA não é instrumento de ninguém, porque teve e continua a ter uma política plenamente independente.

entretanto sobre o 11 de Novembro pairam algumas incógnitas, sendo uma delas o reconhecimento diplomático por parte de alguns países do governo de unidade nacional, sob a égide do MPLA, que ali se vai instalar. Temos esperança, porém, que quem leve já a coragem de reconhecer a independência da Guiné-Bissau e de Moçambique faça o mesmo em relação a Angola, não levantando quaisquer obstáculos à libertação deste país, que agora se está a fazer, numa segunda fase, depois de libertado do colonialismo português, e agora sob a direcção do único Movimento que luta de forma consequente a partir de 1961 para conduzir o seu povo a uma independência total e incompleta, livre de influências estrangeiras. Pensamos também que, apesar das aparências contraditórias, esta atitude será em definitivo a dos dirigentes portugueses responsáveis. Trata-se, além disso, do interesse nacional de Portugal e da sua Revolução, pois uma derrota em Angola das forças progressistas, significa igualmente uma grave derrota da revolução portuguesa, da revolução europeia, numa palavra, da revolução mundial.

A tomada de posição inequívoca do Frelimo através do seu Presidente Samora Machel, que distingue as forças nacionais agrupadas em torno do MPLA e os fascistas internacionais que operam por conta do imperialismo, certamente que muito contribuiu para clarificar aquilo que se chama «embrião» angolano. Esta tomada de posição é partilhada hoje por um grande número de Chefes de Estados africanos e de países não alinhados, e, como era de esperar, logo na primeira linha, os antigos companheiros de armas como a Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Voltando porém a Portugal e as suas aparentes contradições tudo leva a crer que a clarificação estará para muito breve sem se afastar dos parâmetros essenciais da Revolução portuguesa que pretende ser mais uma pedrada no charco do imperialismo. A história recente traz em si mesma indicações que apontam para atitudes futuras. Com efeito, a FNLA e a UNITA herdaram as alianças (Estados Unidos, França, África do Sul) de Salazar e Caetano. O próprio Marcelo Caetano confirma o conteúdo das cartas de Jonas Savimbi ao Estado-Maior português em Angola publicadas pela «Afrique-Asie». O «New York Times» revela detalhes preciosos sobre a actividade da CIA em Angola no interior da FNLA e da UNITA reactivando hoje o seu antigo agente Holden Roberto. O famigerado ELP actua às claras em Angola integrado em colunas da FNLA, UNITA e Chipenda, como tiveram ensejo de verificar aqueles que ouviram a rádio de Lubango (Sã da Bandeira) onde tal foi afirmado pela voz de um ex-píde. Isto quer dizer que as forças que em Angola tentam obstaculizar a acção do MPLA são as mesmas que em Portugal procuram inverter os caminhos da Revolução lançando-a nos braços da extrema-direita fascista. Por tudo isto parece impensável aos observadores políticos mais atentos da conjuntura portuguesa que não se reconheça o governo de inspiração MPLA, o único que conduzirá aquele povo pelos caminhos da independência nacional. Na África povos amigos de Portugal já se manifestaram: em primeiro lugar Samora Machel logo seguido de Júlio Neyerre, Keneth Kaunda e Sersse Khame.

No meio de todo este problema complexo nem sempre é fácil ao MFA desembaraçar-se daquilo a que muitos chamam o «complexo da UNITA», cocktail português, sul-africano com elementos tribais e Savimbi à mistura com alguns e bons nacionalistas. A sua criação e existência continuada quer nos tempos do colonialismo quer depois do 25 de Abril já foi por demais escapulizada e é do domínio público para necessitar de ulteriores considerações. Como se pode compreender que um país progressista pretenda que um povo seja governado pelo MPLA, e ao mesmo tempo por um movimento estrangeiro, FNLA, e por outro que além das características já assinaladas no seu passado colaboração estreita com a Fide que é agora combatida em Portugal. Sendo assim, parecem-nos não terem razão aquelas vozes que apressadamente atribuem ao Governo português o não reconhecimento logo a seguir à independência, do governo de unidade nacional que o MPLA se propõe instituir.

Por outro lado, observadores políticos de diversos matizes observam, como ainda recentemente o fez nas colunas do EXPRESSO, Augusto de Carvalho (EXPRESSO de 25 de Outubro), depois de uma sua viagem a Angola, que o MPLA já se engajou num processo de reconstrução exemplar, tipicamente nacional ao mesmo tempo que combate as invasões vindas do exterior. Estas invasões infelizmente não são mera ficção. Oficiais e altas personalidades portuguesas so-las confirmaram, sem termos necessidade de recorrer a outros testemunhos. Por outro lado, uma derrota do MPLA introduziria na África Austral um ponto de ruptura na linha política de que, a República Popular de Moçambique é um símbolo e um agente. A vitória da FNLA-UNITA representaria a vitória das forças retrógradas e racistas da África do Sul que Portugal, por mais de uma vez, tem condenado após o 25 de Abril e como ainda há pouco o fez o Ministro da Cooperação, Vitor Crespo, em conferência de imprensa que deu em Luanda. (Esta conferência foi transcrita no EXPRESSO de 31 de Outubro).

★

AQUINO DE BRAGANÇA, fundador com Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, Mário de Andrade e Vitorino da Costa e outros, do C. O. N. C. P. (Confederação das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) em Abril de 1961, organismo coordenador dos Movimentos nacionalistas que hoje estão no poder; um dos fundadores da revista «Afrique-Asie», desempenhou papel relevante nas negociações relativas à descolonização, sobretudo de Moçambique.

É hoje professor na Universidade de Lourenço Marques onde dirige um curso de Antropologia Política sendo um especialista em questões da África Austral.

SARAIVA,

José António

Portugal: o horizonte vazio

José António Saraiva

A ARMADA apóia-se o Exército de spaço. O Primeiro Ministro dá e o general Otelo desdiz. O Governador para contra a PM no Porto. A PM em Lisboa acusa os Comandos. O major Dinis de Almeida atira sobre um helicóptero da Força Aérea. A Luta denuncia. O Diário de Notícias contra-denuncia. O Jornal Novo volta a denunciar. O Diário de Lisboa e O Século entram em luta. Pires Vileoso é aplaudido e Fábilo asabiado.

A extrema-esquerda exige. O Presidente da República visita e recebe. Por cá tudo bem, muito obrigado.

Aparentemente regressamos à época Medieval cada cabo de guerra, cada quartel, organiza os homens e as munições — prepara-se para a guerra.

O país vive de imagens — entre a sua completa ignorância da sua história recente e as figuras feitas Deus Sebastião de Chr. Fidel, Lenin ou Mao. Abandonou-se de vez o plano das realidades. Sucodem-se as manifestações-procissões. Reproduzem-se ao infinito as caras — sempre iguais — dos santos padroeiros: Maria, Engeli, Lenin, ou estes mais Saline e Mao Tú Tung.

A esquerda, que se continou a reanudar materialista, entrou definitivamente no mundo do sonho — na esfera da religião. As

bandeiras, os auto-colonos com as insígnias sagradas os slogans mil-vezes repetidos, as cartilhas-catecismos, os comícios missas, a inflamação oratória, o apelo à fé, o fanatismo, são outros tantos sinais de uma exploração religiosa incontrolável.

Mascara-se uma impotência. A esquerda portuguesa, para o poder ser à medida das suas leituras, fabricou um país, inventou uma classe operária organizada, poderosa e decidida, — criou um personagem literário, que hoje já só pode sustentar no plano delirante da imaginação.

Investe-se contra monstros de vento. Alvejam-se fantasmas. Rouban-se armas. Organizam-se golpes e contra golpes. Congelam-se planos. E enquanto isto acontece à medida que os dias passam, uma alternativa impõe-se cada vez mais como única, a direita.

Assiste-se ao acto final do desmoronamento do último Império colonial. Dos quatro cantos do mundo, donde agora chegam caravelas carregadas de especiarias, de ouro ou diamantes, chegam hoje aviões entulhados de refugiados — que engrossam sem cessar as colunas do desemprego. Portugal, que parecia antes demasiado frágil para colonizar, cuja burguesia se revelou incapaz de ultrapassar um estatuto colonial de pure usura, de dar o salto que

outros davam, para um "estádio superior" de exploração, parece hoje demasiado frágil para descolonizar. Exige-se. Que se entregue o poder a este ou aquele. Enginaram-se com palavras. Mas o que ninguém parece entender é que Portugal perdeu definitivamente o Império. Que as opções, sobre o Império, deixaram já de lhe pertencer.

Dispara-se à esquerda e à direita. As empresas que antes davam lucros aos capitalistas, dão hoje despesa ao Estado — isto é, a nós todos. Conspiram-se, como numa guerra orgã, os remos de um passado de rapina. Queimam-se uma a uma, com irrepressível zelo, todas as alternativas possíveis. E mesmo aquela que inicialmente muita gente já desejava, à direita e sob a esquerda — o golpe de força, o golpe "à Pinochet" —, mesmo essa, começa a parecer inviável.

Assiste-se ao acto final do desmoronamento de um Império velho de quinhentos anos. Desviam-se armas para combater a burguesia. Sem mesmo se entender que o drama deste país foi exactamente o nunca se ter formado cá dentro uma burguesia activa e compreendedora, autónoma em relação ao aparelho do Estado, capaz de proceder ao desenvolvimento do país e à modernização dos seus estruturas.

BARRANACHEA, *Eduardo*

Portugal como pano de fundo da mudança espanhola

Eduardo Barranache

ACABO DE ASSISTIR, em Barcelona, a umas jornadas de estudos em que participaram duas centenas de industriais, banqueiros, altos executivos, directores, etc.

As exposições foram feitas por destacados catedráticos, professores, gestores, sociólogos, homens de grandes empresas, etc. Resumindo, tanto os assistentes como os conferencistas representavam a alta e média burguesia na sua mais genuína expressão neo-capitalista.

O tema das reuniões era examinar «a sociedade e a economia espanholas ante um contexto democrático», ou seja, perante a aproximação de uma mudança da política espanhola, na actual situação transitória que este país atravessa, com o fim de 39 anos de regime franquista e a possibilidade de alterações que se pretendem em paz, ainda que com uma «ruptura democrática». No balanço final da dita reunião uma conclusão essencial: a Europa comunitária, na sua inseparável concepção político-económica. Em consequência, não se pretendia que fosse colocada à cabeça qualquer política vanguardista, mas simplesmente dotar a estrutura económica, social e política espanhola de requisitos democráticos, para que, o seu futuro regime esteja de acordo com os que regem a Europa do Mercado Comum.

Quis destacar os parágrafos antecedentes, para que o leitor possa situar com uma certa exactidão o marco em que se moveram dois «temores» definidos por muitos dos proponentes e assistentes: 1) que a mudança política siga o «modelo português»; e 2) que a direita espanhola tome boa nota do que se passou a partir de 25 de Abril de 1974 com a direita portuguesa...

Estes dois medos eram a expressão máxima do actual receio que atormenta a direita e o centro espanhóis (na reunião de Barcelona não havia ninguém membro da direita «ultra» ou «fascista», somente do centro e de uma direita que teria o seu equivalente nos que em Portugal poderiam representar o PPD e até o PS, na sua facção mais social-democrata, se bem que algumas personalidades não pensariam sequer em pertencer ao CDS).

Esse centro e essa direita deparam-se com, quase no final das reuniões, de que falavam da necessidade de chegar a um «pacto social» (entre administração — empresários e sindicatos; sindicatos livres, é óbvio), mas, para que isso fosse possível, que era preciso, é claro, sentar-se a uma mesa de diálogo com os trabalhadores. E onde estavam os representantes dos trabalhadores? Claro que não se encontravam entre os presentes.

«A direita civilizada» espanhola compreendeu que qualquer tipo de mudança que se dê em Espanha não teria a mínima validade democrática, se não contasse — em pé de igualdade — com o consenso da classe operária, se não se estabelecesse, desde logo, diálogo com os seus representantes. Segundo afirmou um dos conferencistas, terminou em Espanha a hora dos despotismos iluminados, dos que tinham como lema «tudo para o Povo, mas sem o Povo».

O fantasma da revolução portuguesa a partir de 11 de Março, com todas as suas nacionalizações, ocupações de terras e fábricas, saneamentos de altos cargos empresariais, etc. pôs tremores na voz de muitos dos participantes.

«Portugal é a anarquia, a nacionalização selvagem, o sa-

neamento sem justa causa...» e a civilizada direita espanhola não teve dúvidas em dizer que seriam precisas certas nacionalizações, um mais decidido protagonismo da empresa pública, uma profunda reforma fiscal e até uma regionalização da Espanha que contemplasse a efectivação da Federação dos distintos povos ibéricos.

Mais uma vez, pairou pela assembleia a errante sombra portuguesa e recordou-se que a direita portuguesa nada teve que oferecer depois do 25 de Abril de 1974, porque tinha vivido adormecida durante meio século. Adormecida e sem se organizar. Falou-se de que «o PCP tinha organização, havia criado um completo aparato em marcha e que por isso, ainda que numericamente pouco importante, pudera, e pode, manter posições de força».

Na sala, só havia duas ou três pessoas de esquerda (intelectuais de esquerda, mas não operários). Eles foram quem, em resumo, acabaram por dizer: «Se queremos uma mudança democrática sentem-se à mesma mesa com os operários. Se querem essa mudança, compete, neste hora, aos grupos de direita a grave responsabilidade de fazer pressão, dado que a esquerda é ilegal e não dispõe, de momento, de um acesso normal à discussão e à pressão. Se esse caminho para a democracia se obtém sem que os partidos de direita intervenham directamente na sua conquista, para que querem os operários, desde logo, os partidos de esquerda, mais concretamente os trabalhadores, dos empresários... de todos nós?»

Quero deixar bem expresso que, em minha opinião, as situações políticas de Portugal e de Espanha são muito diferentes, não têm comparação (e digo isto

com o conhecimento que tive de ter conhecido bem Portugal de Caetano e ter seguido em directo, em terras de Portugal, o processo revolucionário, desde as Cidades da Rainha às eleições de Abril, passando pelo 25 de Abril, o 23 de Setembro e o 11 de Março). Não obstante as situações objectivas — sociais, políticas, militares, económicas e eclesidásticas — serem muito diversas, muitas realidades concretas — sobretudo nos seus aspectos políticos — assemelham-se profundamente. Também aqui existe uma oposição tolerada que, até certo ponto, muito faz recordar, pelo seu lado tecnocrático, a SEDES portuguesa, bem como pela sua vertente de coligação centro-esquerda o que em antes do 25 de Abril o MDP/CDE. Mas, quando chegou o 25 de Abril de 1974 a direita portuguesa estava «em cuecas».

Retomo a reunião celebrada em Barcelona para esclarecer dia pormenores. O primeiro é que foi facilmente perceptível que muitos dos assistentes — ainda que não se manifestassem — tinham na ponta da língua a frase fascista «antes a injustiça que a desordem», um sofisma típico da direita, já que não pode haver paz social sem justiça social, ou essa paz se baseia na força da repressão. O segundo, é que a direita — mesmo a que se tingia de mais europeia — estaria disposta a admitir partidos de esquerda..., mas não todos. Explicamos: admitir-se-ia um centro-esquerda (como o PPD português, e até uma esquerda socialista como a de Mário Soares, o que quer dizer com claras notas de social-demo-

cracia nas suas cúpulas). Da extrema-esquerda absolutamente nada, nem mesmo o Partido Comunista Espanhol de Santiago Carrillo e apesar de este seguir uma linha «berlingueriana» respeitando o jogo democrático. Mas a direita espanhola lança mão, outra vez, do caso português e recorda os abraços de primeira hora entre Soares e Cunhal no Estádio 1.º de Maio em 1974, e a expulsão desse mesmo estádio de Soares no 1.º de Maio de 1975. Recorda a escalada do PCP, o seu afano em ocupar todos os pontos chave, na informação, nos sindicatos, as autarquias locais, etc.; e a direita espanhola, não se fia... e em grande parte, a esquerda também não.

O dilema quanto ao futuro espanhol é saber que grupos da esquerda estariam dispostos a colaborar na mudança democrática se se vetar o PCE. Sobre esse veto não existe, de momento, dúvida alguma. Nem o Exército, nem a Igreja, nem a potente ultra-direita, nem a direita, nem o centro o pretendem. E, entre a própria esquerda, não parece também que venha a ser uma ideia ou um ponto a defender. Como condição «sine qua non».

Mas, hoje em dia, não é o tema do PCE o mais preocupante. O que verdadeiramente está no ánimo da maioria é se será possível uma mudança democrática que faça o novo regime espanhol homologável com os vigentes nos países da comunidade económica. A ultra-direita e a outra direita não tão ultra têm ainda em Espanha muitas vazas a jogar.